

Universidade Federal do Pampa

Trabalho Final de Graduação

**POSSIBILIDADE DE CONTRIBUIÇÃO NA QUALIFICAÇÃO DA
AÇÃO PASTORAL SOCIAL DA PARÓQUIA SÃO FRANCISCO DE
BORJA A PARTIR DA INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL**

Acadêmica: Sílvia Aparecida Batista

Orientadora: Prof.^a Me. Jaina Raqueli Pedersen

SÃO BORJA/RS

2013

**POSSIBILIDADE DE CONTRIBUIÇÃO NA QUALIFICAÇÃO DA
AÇÃO PASTORAL SOCIAL DA PARÓQUIA SÃO FRANCISCO DE
BORJA A PARTIR DA INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Serviço Social do Curso de Serviço
Social da Universidade Federal do
Pampa – Unipampa/São Borja.

Orientadora: Prof.^a Me. JainaRaqueli
Pedersen

SILVIA APARECIDA BATISTA

POSSIBILIDADE DE CONTRIBUIÇÃO NA QUALIFICAÇÃO DA AÇÃO PASTORAL SOCIAL DA PARÓQUIA SÃO FRANCISCO DE BORJA A PARTIR DA INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa – Unipampa/São Borja.

Área de concentração: Ciências Sociais Aplicadas

Trabalho defendido e aprovado em: 24 de outubro de 2013.
Banca examinadora:

Prof.^a Me. Jaina Raqueli Pedersen
Orientadora
Serviço Social – Unipampa

Prof.^o Me. Jocenir de Oliveira Silva
Serviço Social - Unipampa

Prof.^o Me. José Wesley Ferreira
Serviço Social - Unipampa

Dedico este Trabalho Final de Graduação do curso de Serviço Social às famílias da Comunidade Santa Rita do Bairro Florêncio Aquino Guimarães da cidade de São Borja – RS. A vocês minha gratidão pelo tempo de convivência durante o Estágio Supervisionado e por terem ajudado no meu processo de aprendizagem.

AGRADECIMENTO

Agradeço a presença constante de Deus durante este tempo de formação acadêmica, principalmente nos momentos de dificuldades, de cansaço e de desânimo. Obrigada pela Sua paciência e pelos seus sinais ao longo desta caminhada.

Agradeço, de maneira muito especial aqueles pelos quais decidi cursar Serviço Social, as famílias da Grota do Aterro da cidade de Maceió onde fiz a experiência do noviciado e muitas e muitas vezes voltava para casa angustiada porque não sabia como ajudar efetivamente aquelas pessoas. À Irmã Norberta que despertou para a necessidade de profissionalizarmos a fim de poder melhor trabalhar em prol dessas pessoas. Agradeço a Província Nossa Senhora Aparecida da Congregação das Filhas do Sagrado Coração de Jesus da qual faço parte, pelo apoio e a oportunidade desta formação profissional.

Agradeço as duas comunidades religiosas em que neste período de formação acadêmica, tive a oportunidade de conviver; Colégio Sagrado Coração de Jesus e em especial, as irmãs do Centro de Formação Teresa Verzeri, principalmente a Irmã Sônia Maria Grass que nunca deixou de acreditar no meu potencial e ao seu testemunho de religiosa e assistente social.

Aos educadores do Centro de Formação Teresa Verzeri, em especial à assistente social Carine Fagundes, à psicóloga Juliane Guerreiro do Amaral e à coordenadora pedagógica Maria Conceição Sanzi Aquino pelos muitos momentos em que vocês se colocaram à disposição para escuta sensível, quando eu precisei.

Aos educandos e famílias do Centro de Formação Teresa Verzeri que fazem parte da minha vida desde o ano de 2007. Muitos vi crescer em todos os sentidos em nossa instituição e hoje estão prontos para alçar vôos mais altos. E outros que vêm chegando e que, apesar de dificuldades diversas, trazem nos olhos o brilho da esperança de uma vida com mais dignidade.

Aos professores que passaram pela minha vida acadêmica, cada um deixou uma marca e com certeza positiva, mesmo que naquele momento não tivesse a real compreensão. Obrigada por instigar e, às vezes, desestabilizar, foram momentos difíceis, mas muito importantes para fortalecer as minhas convicções.

Em especial, agradeço as professoras Eliana Cogoyque supervisionou o I Estágio e JainaRaqueli Pedersen que assumiu a supervisão e orientação deste trabalho de conclusão. Obrigada pela compreensão, paciência, dedicação e amizade durante este período. É gratificante ver como você se realiza como profissional, não é preciso

perguntar se gosta do que faz, pois é nítido pelo brilho dos seus olhos quando fala da profissão.

Aos meus colegas da turma de Serviço Social de 2008 que muitos hoje já estão no mercado de trabalho e, em especial, a turma de Serviço Social de 2009 que me acolheu e onde me senti à vontade. Obrigada pela convivência, pela partilha, pelas brincadeiras, estes períodos foram os melhores e vou guardá-los com carinho.

Enfim agradeço a todos, que de uma forma ou de outra contribuíram para que o meu processo de aprendizagem acontecesse.

Lembrança do mundo antigo

*Clara passeava no jardim com as
crianças.
O céu era verde sobre o gramado,
a água era dourada sob as pontes,
outros elementos eram azuis, róseos,
alaranjados,
o guarda-civil sorria, passavam
bicicletas,
a menina pisou a relva para pegar um
pássaro,
o mundo inteiro, a Alemanha, a China,
tudo era tranquilo em redor de Clara.*

*As crianças olhavam para o céu: não
era proibido.
A boca, o nariz, os olhos estavam
abertos. Não havia perigo.
Os perigos que Clara temia eram a
gripe, o calor, os insetos.
Clara tinha medo de perder o bonde das
11 horas,
esperava cartas que custavam a chegar,
nem sempre podia usar vestido novo.
Mas passeava no jardim, pela manhã!!!
Havia jardins, havia manhãs naquele
tempo!!!*

Carlos Drummond de Andrade¹

¹ANDRADE, Carlos Drummond. Antologia poética. Rio de Janeiro : Record, 2008, p. 156.

RESUMO

O presente trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica, procurando contextualizar a trajetória do Serviço Social no Brasil a partir da década de 30, trazendo a influência da Igreja Católica na sua gênese até o Movimento de Reconceituação onde iniciou o movimento de ruptura com o Serviço Social conservador e a construção do projeto ético-político da profissão, a partir da participação coletiva da categoria na década de 90. Ainda na década de 90, com o projeto neoliberal o Brasil passa por “reformas” e essas trazem influências diretas ao Serviço Social onde surgem novos sujeitos sociais com o agravamento da questão social e novas demandas para serem enfrentadas. Entre a “reforma” do Estado é regulamento o Terceiro Setor que tem a função de executar as políticas públicas e também é um espaço sócio-ocupacional do assistente social. Procurou-se ainda, através da experiência do Estágio Supervisionado, trazer elementos quanto a importância do Serviço Social nas instituições do Terceiro Setor, mais precisamente no Centro de Formação Teresa Verzeri na cidade de São Borja – RS e como a profissão pode contribuir para qualificar o trabalho da Pastoral Social da Paróquia São Francisco de Borja da cidade de São Borja – RS.

Palavras-chave: Serviço Social, questão social, Igreja Católica, assistência social

RESUMEN

Esto se logró a través de una búsqueda en la literatura, en busca de contextualizar la trayectoria de la Obra Social en el Brasil de los años 30 con lo que la influencia de la Iglesia católica ensuorijen al Movimiento de conceptualización que se inició el movimiento para romper con el Servicio Social conservador y la construcción de la profesión ético-político de la participación colectiva de la categoría en los años 90. Incluso en los años 90 con el proyecto neoliberal Brasil está pasando por "reformas" y señalarlas a las influencias directas surgen Social en que se abordarán los nuevos sujetos sociales con el empeoramiento de los problemas sociales y las nuevas demandas que enfrentar. Entre la "reforma" de la regulación estatal es el Tercer Sector, que tiene la función de ejecución de políticas públicas y también es un espacio de trabajador social socioprofesional. También se buscó, a través de la experiencia de los elementos que traen supervisadas como la importancia del trabajo social en las instituciones del Tercer Sector con mayor precisión en el entrenamiento Teresa Verzerien São Borja - RS y cómo la profesión puede contribuir a calificar el trabajo de Pastoral Social de San Francisco de Borja Localidad São Borja - RS.

Palabras clave: Servicio Social, cuestión social, la Iglesia Católica, asistencia social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPITULO I - GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL	12
CAPÍTULO II – INFLUÊNCIA DA POLÍTICA NEOLIBERAL NO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 1990.	27
2.2 - DA ASSISTÊNCIA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	32
CAPÍTULO III – O CENTRO DE FORMAÇÃO TERESA VERZERI – ESPAÇO OCUPACIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL	45
3.1 - O SERVIÇO SOCIAL NA INSTITUIÇÃO SEU PROCESSO DE TRABALHO	48
3.2 - OBJETIVOS DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CENTRO DE FORMAÇÃO TERESA VERZERI.	51
3.3– PARÓQUIA SÃO FRANCISCO DE BORJA E PASTORAL SOCIAL COMO POSSIBILIDADE DE ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL	52
CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	62
REFERÊNCIAS	64

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho Final de Graduação caracteriza-se por um Relatório Teórico-Prático, visto que sua proposta de estudo emerge da experiência de estágio supervisionado em Serviço Social I e II, obtida no Centro de Formação Teresa Verzeri, do município de São Borja e, a partir deste, sua extensão junto à Pastoral Social da Igreja Católica do mesmo município.

Nesta perspectiva o trabalho tem como objetivo geral problematizar as possibilidades de trabalho do Serviço Social junto a Pastoral Social, tendo como base o Projeto Ético Político Profissional, a fim de dar visibilidade à importância e contribuição dessa profissão na qualificação do trabalho realizado por estas instituições. Com relação aos objetivos específicos, estes compreendem: 1 - Analisar a influência dos princípios e valores da igreja católica no trabalho dos Assistentes Sociais ao longo da história da profissão; 2 - apontar os novos rumos do Serviço Social a partir do Movimento de Reconceituação e do Projeto Ético Político Profissional; 3 - analisar a inserção do Centro de Formação Teresa Verzeri na implementação da política social pública de Assistência Social; 4 - refletir sobre a experiência dos Estágios Supervisionados em Serviço Social I e II evidenciando a contribuição do trabalho do Serviço Social junto à Pastoral Social da Paróquia São Francisco de Borja.

Destaca-se que o Centro de Formação Teresa Verzeri, instituição religiosa de caráter público-privado, com atuação na área da Assistência Social, atende crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade social, visando ao compromisso emancipatório e o exercício da cidadania na cidade de São Borja. Esta instituição, que entre os seus mais diversos profissionais conta com o trabalho de três profissionais Assistentes Sociais, deparou-se, em 2011-2 com a demanda de receber 6 estagiários do curso de Serviço Social da Unipampa, para a realização do Estágio Obrigatório I e II. Nesse sentido, as profissionais visualizaram a possibilidade de uma acadêmica, que tem formação religiosa e é profissional da instituição, realizar um trabalho junto às famílias atendidas pela Pastoral Social da Paróquia São Francisco de Borja e também junto às pessoas/lideranças que desenvolvem o trabalho da instituição, em sua maioria caracterizando por serem voluntárias, da própria comunidade.

Nesse sentido, o trabalho está estruturado em três capítulos, sendo que, no primeiro capítulo, é apresentado à gênese do Serviço Social no Brasil no ano de 1936 e a contribuição do Movimento de Reconceituação na construção do Projeto Ético-Político da profissão.

O capítulo seguinte apresenta a influência da política neoliberal no Brasil, a partir da década de 1990, e o surgimento da assistência social como política pública a partir da Constituição Federal de 1988. Tal discussão é de fundamental importância, visto que o Centro de Formação Teresa Verzeri executa serviços da política de assistência social.

Por fim, o terceiro capítulo apresenta e analisa a experiência do Estágio Supervisionado I e II, apresentando alguns dados relevantes que surgiram durante este processo que ocorreu no Centro de Formação Teresa Verzeri com extensão na Paróquia São Francisco de Borja na cidade de São Borja.

Este trabalho foi construído além de revisão bibliográfica, o estudo resulta de pesquisa e análise documental, considerando os documentos de estágio, a exemplo da Análise Institucional, Projeto de Intervenção e os Relatórios de Estágio.

O método utilizado para a construção deste trabalho foi o dialético crítico tendo presente às categorias de totalidade, síntese e contradição.

CAPITULO I - GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

O Serviço Social profissional surge no Brasil na década 1930, período em que acontece um intenso processo de industrialização e um significativo avanço rumo ao desenvolvimento econômico, social, político e cultural. A origem da profissão se dá em um contexto de desenvolvimento capitalista² e do agravamento da questão social (BULLA, 2003, p.1).

Em 1930, verificam-se mudanças na história do país, e segundo Carvalho (2008, p. 87), este ano “foi um divisor de águas na história do país”. As mudanças ocorreram no âmbito social, político e econômico, houve avanços dos direitos sociais³ e uma das medidas do governo revolucionário foi criar um Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Santos (2012, p. 72), afirma que esse período é marcado pelo auge do modelo econômico agroexportador com base no café e também pela sua decadência, com o crack da bolsa de Nova York, em 1929. Na metade da década de 30, o Brasil passava por um intenso processo de industrialização com perspectiva de crescimento econômico, social, político e cultural. Essas mudanças devem-se a Revolução de 1930, considerado um evento, marcante na história do País. Getúlio Vargas, após este evento assumiu o governo do Brasil até o ano de 1937. Até o ano de 1930, os governos brasileiros constituíram-se no que se chamou a “política do café-com-leite”, onde São Paulo e Minas revezavam-se no poder. No período da República Velha, de 1889 a 1930, São Paulo elegeu seis presidentes e Minas Gerais três (COUTO, 2008, p. 93).

Na realidade, a referida revolução pode ser considerada como um ponto divisório entre dois períodos distintos da história da sociedade brasileira: a época de vigência do sistema agrário-comercial, amplamente vinculado ao capitalismo internacional, e a do sistema urbano-industrial, voltado para o mercado interno, que emergia paulatinamente, encontrando bases cada vez mais sólidas de expansão (Bulla, 2003, pg. 5).

²Desenvolvimento capitalista é o desenvolvimento realizado sob a égide do grande capital e moldado pelos valores do livre funcionamento dos mercados, das virtudes de competição, do individualismo e do Estado mínimo (SINGER, 2004, p. 9).

³Os direitos sociais são fundamentados pela ideia de igualdade, uma vez que decorrem do reconhecimento das desigualdades sociais gestadas na sociedade capitalista. Expressam-se pelo direito à educação, à saúde, ao trabalho, à assistência e à previdência. Possuem caráter redistributivo, buscam promover a igualdade de acesso a bens socialmente produzidos, a fim de restaurar o equilíbrio para a coesão social. A sua concretização depende da intervenção do Estado, estando atrelados às condições econômicas e à base fiscal estatal para ser garantidos. Sua materialidade dá-se por meio de políticas sociais públicas, executadas na órbita do Estado (COUTO, 2008, p. 48).

O ano de 1930 é marcado também pela mudança de orientação quanto às respostas estatais para a questão social. O ano de 1945 é considerado como um marco em relação ao volume e perfil diferenciado que a legislação sobre o trabalho assume como resposta à questão social. O Estado, na constituição de 1934, preservou os direitos sociais e a regulação dos contratos de trabalho (com a carteira de trabalho). Quanto às ações posteriores, na área de previdência social, modificou alguns aspectos administrativos, surgindo o corporativismo sindical, onde as profissões e os sindicatos, através do Ministério do Trabalho, mas fixou a estrutura desigual na prestação de benefícios, segundo a contribuição das categorias profissionais já existente na estrutura das Caixas de Aposentadoria e Pensão (SANTOS, 2012, p. 75).

Antes de 1930, a questão social já se fazia perceber pelas condições desumanas oferecidas aos operários nas fábricas, a falta de legislação trabalhista e pela instabilidade vivida pelos operários que assinavam contratos individuais com os patrões e, devido às constantes crises no setor industrial, aconteciam demissões em massa ou rebaixamento de salários, levando este trabalhador e sua família à situação de pauperismo. Quanto à necessidade de cultura e escola, os trabalhadores tinham a partir de iniciativas de caridade ou filantropia. “Numa sociedade civil marcada pelo patrimonialismo, onde apenas contam fortuna e linhagem, serão considerados quando muitos cidadãos de segunda linha, com direito apenas a resignação” (CARVALHO; IAMAMOTO, 1995, p. 132).

O crescimento econômico fez com que houvesse aumento da renda per capita, dos salários e do consumo e também aumento da taxa de crescimento da população e de urbanização. O aumento da população, nas áreas urbanas, fez com que surgissem problemas de assistência, educação, habitação, saneamento básico, infra-estrutura e muitos outros. Conforme avançava a industrialização, aumentava a concentração da renda e com isso crescia as desigualdades sociais, aumentando as tensões nas relações de trabalho e conseqüentemente agravava-se a questão social. (BULLA, 2003, p. 5).

Diante desse quadro da realidade brasileira e da necessidade de respostas às várias demandas que emergiam nesse contexto, o Estado reconhece na Igreja um potencial aliado para implementar ações em resposta às reivindicações dos operários. Nessa perspectiva, há que evidenciar também as iniciativas implementadas pela Igreja Católica que impulsionaram a aproximação entre Estado e Igreja e foram fundamentais para o surgimento do Serviço Social.

As reivindicações dos operários eram expressas através de manifestações coletivas, de paralisações e de greves. Estes movimentos reivindicatórios tinham como

bandeira de luta a melhoria de condições de trabalho e de salário, mas também o cumprimento da legislação social e trabalhista que era desrespeitada com frequência pelos patrões.

No final do século XIX, em 15 de maio de 1891, a Igreja Católica, através do Papa Leão XIII, lança a *Encíclica Rerum Novarum* com o objetivo de chamar a atenção da igreja em todo o mundo sobre a condição vivida pelos operários e mostrar sua missão e tarefa diante desta realidade. O Papa Leão XIII aponta como responsável pela situação o liberalismo⁴ e o socialismo e afirma que o “Estado pode tornar-se útil às outras classes, assim também pode melhorar muitíssimo a sorte da classe operária, e isto em todo rigor do seu direito, e sem ter a temer a censura de ingerências [...] o Estado deve servir o interesse comum” (AGUIAR, 1984. p.18).

Passados quarenta anos, o Papa Pio XI lança a *Encíclica Quadragesimo Anno* sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social, entrando em conformidade com a encíclica publicada em 1891.

Após analisar vários pontos, como direito à propriedade, relação capital e trabalho, liberação do proletariado, salário justo, passa a falar a respeito de restauração da ordem social. E afirma: “Já alguma coisa se faz neste sentido; para realizar o muito que ainda está por fazer e para que a família humana colha vantagens melhores e mais abundantes, são de absoluta necessidade duas coisas: a reforma das instituições e a emenda dos costumes”(AGUIAR, 1984. p.18-19).

No final do século XIX e início do novo século, a preocupação da Igreja Católica no Brasil concentra-se na reforma social, na restauração da sociedade cristã e essa será a preocupação dos bispos brasileiros. E como ação da Igreja surge o Movimento da Ação Católica, um movimento de leigos, que tem como missão divulgar a doutrina da Igreja, tendo em vista a reforma social(Aguiar, 1984, p. 20).

No Brasil, a Igreja católica aos poucos, foi inserindo as ideias e práticas contidas nas encíclicas papais. Uma questão fundamental para a Igreja no Brasil será o das relações com o Estado, uma vez que houve a separação Igreja-estado desde a Proclamação da República, no ano de 1889, o que levou o episcopado nacional a procurar formas de aproximação(Aguiar, 1984, p. 21).

⁴Liberalismo é uma doutrina política, voltada para a melhoria das condições materiais do gênero humano. Seu propósito é reduzir a pobreza e a miséria, e o meio que propõe para que esse objetivo seja atingido é a liberdade. O pensamento econômico e a experiência histórica não conseguiram, até hoje, sugerir um outro sistema social que seja tão benéfico para as massas quanto o liberalismo (STEWART JR., 1995, p. 71).

As vantagens obtidas pela Igreja no governo de Vargas, no período da ‘Revolução de 30’ passou a reconhecê-la como aliada “ apreciável a ser atraída em função da sua influência e autoridade, especialmente depois de alguns confrontos nos quais a hierarquia deu provas da sua disposição de luta”. E como exemplo desses confrontos o autor cita que em 1931 D. Sebastião Leme proclamou que “ ...ou o Estado ... reconhece o Deus do povo ou o povo não reconhece o Estado” (CASTRO, 2008, p. 102).

Nesse momento da conjuntura nacional, o Serviço Social ainda é um projeto embrionário de intervenção profissional. Apresentação como estratégia de qualificação do laicato da Igreja católica que no contexto do desenvolvimento urbano, vinha ampliando sua ação caritativa aos mais necessitados, para o desenvolvimento de uma prática ideológica junto aos trabalhadores urbanos e suas famílias. Procura-se, com isso, atender ao imperativo da justiça e da caridade, em cumprimento da missão política do apostolado social, em face do projeto de cristianização da sociedade, cuja fonte de justificação e fundamento é encontrada na Doutrina Social da Igreja (SILVA, 2009, p. 25).

É fruto desta parceria/relação entre Estado e Igreja, bem como das primeiras iniciativas de trabalho desenvolvidas por mulheres, que surgem as primeiras assistentes sociais. Na medida em que o trabalho foi desenvolvido, percebe-se a necessidade de haver a profissionalização desses atores sociais. Assim surgem as escolas de Serviço Social.

Após a organização da Ação Católica, o CEAS como entidade – como nos relata Carmelita Yazbeck – deixa a direção da Ação Católica para preocupar-se com a organização da Escola de São Paulo. Em vista disso, o CEAS envia para a Bélgica duas sócias, para cursarem a escola de Serviço Social e, quando voltam ao nosso país, ultimam os preparativos para o surgimento da primeira escola de Serviço Social no Brasil, que se instala em 15 de fevereiro de 1936. Um dos motivos básicos para a fundação da escola foi à necessidade sentida de uma melhor preparação para a ação social dos quadros militantes da Ação Católica (AGUIAR, 1984, p.29).

Como é possível perceber, o Serviço Social no Brasil surge a partir da preocupação da Igreja na luta contra a desigualdade social, provocada pelo liberalismo e comunismo. A questão social, no começo do século XX, no Brasil é assumida pelos católicos brasileiros através de ações da hierarquia e organização dos leigos.

Em 1932, é criado o Centro de Estudos e Ação social (CEAS), entidade que seria fundadora e mantenedora da primeira Escola de Serviço Social do país. O Centro surge após um curso intensivo de “formação social para moças”, organizado pelas Cónegas de Santo Agostinho de 1º de abril de 15 de maio de 1932. A direção desse curso coube à Melle. Adèle de Noneux, professora da Escola Católica de Serviço Social Bélgica. Com uma programação teórico-prática (que incluía visitas a instituições beneficentes), o curso encontrou grande aceitação entre jovens católicas, que buscaram criar uma associação de ação social. Foi esse o início do Centro, ainda sob a orientação de Melle. De Noneux. As reuniões iniciais do grupo foram acompanhadas pela Arquidiocese de São Paulo, por intermédio do Monsenhor Gastão Liberal Pinto. Em 16 de setembro, é eleita a primeira diretoria do Centro tendo Dona Odila Cintra Ferreira como presidente (YASBEK,2009, p.130).

O CEAS foi o “vestíbulo da profissionalização do Serviço Social no Brasil” e como aconteceu no Chile, este trabalho de formação dos leigos apoia-se no grupo de mulheres oriundas da burguesia, respaldadas por assistentes sociais belgas, que, através de sua experiência, puderam contribuir na fundação da primeira escola católica de Serviço Social. O CEAS foi destinado a forjar uma superior militância católica a fim de recuperar, através da mobilização de seus fiéis, a sua influência e dos seus privilégios (CASTRO, 2008, p.103).

Historicamente esta iniciativa marcou o primeiro passo do longo processo do Serviço Social como profissão no Brasil, que tem como característica a aliança com a burguesia. Isso se deve ao fato de que as primeiras moças que participaram do curso organizado pelo CEAS eram católicas e pertencentes às famílias da burguesia paulista (MARTINELLI, 1993, p. 123).

Sobre os referenciais orientadores do pensamento e da ação do Serviço social em sua gênese no Brasil, Yasbek (2009, p. 131), afirma que sua fonte está na Doutrina Social da Igreja, no ideário franco-belga de ação social e no pensamento de São Tomás de Aquino (séc. XII): o tomismo⁵ e o neotomismo⁶(retomada em fins do século XIX do pensamento tomista por Jacques Maritain na França e pelo Cardeal Mercier na Bélgica tendo em vista “aplicá-lo” às necessidades de nosso tempo.

⁵Referência ao pensamento filosófico de São Tomás de Aquino (1225) um teólogo dominicano que escreveu obra filosófica caracterizada por uma perspectiva humanista e metafísica do ser que vai marcar o pensamento da Igreja Católica a partir do século XIII. Merece destaque na obra de S. Tomás a Suma Teológica (YASBEK, 2009, p. 163).

⁶Retomada do pensamento de São Tomás a partir do papa Leão XII em 1879 na Doutrina Social da Igreja e de pensadores franco belgas como Jacques Maritain na França e do Cardeal Mercier na Bélgica. Buscavam nesta filosofia diretrizes para a abordagem da questão social (Yasbek, 2009, p. 163).

É necessário assinalar que esta matriz encontra-se na gênese da profissão em toda a América Latina, embora com particularidades diversas como, por exemplo, na Argentina e no Chile onde vai somar-se ao racionalismo higienista. (ideário do movimento de médicos higienistas que exigiam a intervenção ativa do Estado sobre a questão social pela criação da assistência pública que deveria assumir um amplo programa preventivo na área sanitária, social e moral)(Yasbek, 2009, p. 146).

No período do surgimento do Serviço Social no Brasil, a questão social é vista pela igreja como questão moral, ou seja, como um conjunto de problemas em que cada sujeito é responsável por si, mesmo situados dentro de relações capitalistas. Yasbek (2009, p. 131) salienta sobre o enfoque conservador, *individualista, psicologizante e moralizador da questão social*⁷, que necessita, para seu enfrentamento de uma pedagogia psicossocial, que encontrará, no Serviço Social, efetivas possibilidades de desenvolvimento(Yasbek, 2009, p. 131).

O surgimento do Serviço Social no Brasil apresenta algumas particularidades com relação ao Chile, onde a profissão surge impulsionada pelo exercício profissional da medicina. No Brasil, a primeira escola de Serviço Social surge desvinculada de qualquer profissão. No Rio de Janeiro (segunda escola de Serviço Social), porém, a profissão é relacionada com a medicina e direito. O ponto de convergência das escolas de Serviço Social brasileiro e chileno evidencia na resposta à questão social e à presença do movimento operário e popular que desenvolviam uma ativa prática de apostolado católico, originário das classes dominantes. E nos dois países há o auxílio de mãos belgas (CASTRO, 2008, p. 109).

A segunda Escola de Serviço Social surgiu no Rio de Janeiro no ano de 1937. O movimento que deu origem a esta segunda escola foi as Semanas Sociais organizadas pela Ação Católica. Havia uma preocupação com a formação social em vista da vocação social. As Semanas Sociais servem para difundirem a doutrina social da igreja para grandes massas, e teve início em 1904 na França, estendendo-se para Bélgica, Holanda, Itália, Canadá, Inglaterra e outros países. Aqui no Brasil teve início no ano de 1936 na cidade do Rio de Janeiro (AGUIAR, 1984, 30).

⁷Enfoque que define a questão social como de responsabilidade dos indivíduos que a vivem, quer por seus problemas psicológicos, quer por suas condutas morais inadequadas (Yasbek, 2009, p. 140).

Em junho de 1937, funda-se no Rio de Janeiro o Instituto de Educação Familiar e Social, com os seguintes objetivos: “Formar entre as mulheres, não de uma classe, mas de todas as classes sociais, uma consciência de comunidade cristã que venha substituir o individualismo liberal egoísta sem cair na socialização inumana e estatal. Para isso forma assistentes sociais, educadores familiares e donas de casa que venham ser no meio em que vivam e trabalham, nos institutos em que ensinam ou nos ambientes sociais em que atuam, como elementos de correção das anomalias sociais, verdadeiros elementos de renovação pessoal e católica” (AGUIAR, 1994, p. 30).

A escola do Rio de Janeiro foi fundada com a colaboração da Congregação das Filhas do Coração de Maria, que chegaram ao Brasil no ano de 1937, vindas da França onde fizeram a experiência social cristã. Até o ano de 1950, a maioria das escolas de Serviço Social a exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro, foram influenciadas pela Igreja Católica, tais como: Natal, Belo Horizonte e Porto Alegre.⁸

No Rio Grande do Sul, a implantação do Serviço Social aconteceu em 25 de março de 1945, impulsionada pela V Semana de Ação Social que ocorreu na cidade de Porto Alegre no ano de 1944. Estes eventos foram organizados pelas lideranças intelectuais católicas que debateram “os problemas sociais contemporâneos”, entre os assuntos, discutidos, foram os ligados às instituições sociais mantidas pelas organizações católicas, a participação da sociedade na manutenção dessas instituições, através de campanhas para angariar fundos e a necessidade de organização e de racionalização da assistência que se fazia sentir (BULLA, 2008, p. 12).

Tendo em vista atender às requisições do Estado que inicia a implementação de políticas no campo social, por causa das novas configurações do desenvolvimento capitalista, é exigida da profissão nova reorientação quanto à qualificação e sistematização do espaço sócio-ocupacional. Na perspectiva de ampliar os referenciais técnicos, é apresentada à profissão a matriz positivista⁹, processo denominado de “arranjo teórico doutrinário”, caracterizado pela junção do discurso humanista cristão com o suporte técnico-científico de inspiração na teoria social positivista, reitera para a profissão o caminho do pensamento conservador, agora, pela mediação das Ciências Sociais (YASBEK, 2009, p. 147).

⁸ O início das Escolas de Serviço Social era para as mulheres depois de algum tempo surgiram as Escolas Masculinas do Rio de Janeiro e São Paulo, no período noturno. Só depois é que vieram as escolas para rapazes e moças. (AGUIAR, 1984, 30)..

⁹ O método positivista trabalha com as relações aparentes dos fatos, evolui dentro do já contido e busca a regularidade, as abstrações e as relações invariáveis. (YASBEK, 2009, p. 147).

Unida ao Estado, a classe dominante foi abrindo espaço para que o Serviço Social avançasse em seu processo de institucionalização. Já ao final da década de 40, e consolidando essa posição nas duas décadas seguintes, o Estado despontou como o grande empregador do assistente social, ampliando-se assim os mecanismos de controle sobre a estrutura e a organização da categoria profissional. A própria linha de prática do Serviço Social no Brasil passava por uma alteração substancial. Se até os meados dos anos 40 a influência mais importante foi recebida da Europa, em especial da linha franco-belga, uma nova orientação colocava-se agora em pauta (MARTINELLI, 1993, p. 131).

Com relação à direção social, o Serviço Social, até os anos 60, não apresentou nenhuma mudança relevante, quanto à manutenção do *staus quo*. É assumido no interior da categoria profissional, inquietações e insatisfações diante do momento histórico de um desenvolvimento excludente e subordinado vivenciado em toda a América Latina. A categoria profissional direciona seus questionamentos ao Serviço Social tradicional¹⁰ através de um amplo movimento, “de um processo de revisão global, em diferentes níveis: teórico, metodológico, operativo e político” (YASBEK, 2009, p. 148).

[...] a partir dos anos 60, o bojo no bojo do Movimento de Reconceituação, verifica-se a gestação de uma trajetória de ruptura com as marcas de origem conservadoras da profissão. Ou seja, procura-se reorientar o potencial da prática profissional no horizonte dos interesses daqueles que participam da sociedade através do seu trabalho (IAMAMOTO, 1994, p. 125).

O Movimento de Reconceituação originou-se do relacionamento mais estreito com os assistentes sociais latino-americanos e a consciência da existência de problemas comuns, desafiando elementos de uma mesma profissão. Este movimento caracterizou-se pela crítica radical ao sistema vigente e às formas tradicionais de ação, propondo novos enfoques teóricos e metodológicos. No seu interior, o movimento abrigava várias tendências, por isso não era homogêneo. Ele nasceu na década de 60 e tomou proporções maiores em década de 70 e serviu de estímulo para a produção de vários documentos na área, com importante contribuição para a revisão da teoria, da prática e do ensino de Serviço Social (BULLA, 2003, p. 10).

¹⁰Por Serviço Social “tradicional” deve-se entender a prática empirista, reiterativa e burocratizada que os agendados realizavam e realizam efetivamente na América Latina. Evidentemente há um nexo entre ambos: estão parametrados por uma ética liberal-burguesa e sua teleologia consiste na correção – de um ponto de vista claramente funcionalista – de resultados sociais considerados negativos ou indesejáveis, com um substrato idealista e/ou mecanicista na dinâmica social, sempre pressupondo a ordenação capitalista como um dado factual ineliminável. (IAMAMOTO, 2008, p. 206).

Este movimento de renovação que surge no Serviço Social na sociedade latino-americana impõe aos assistentes sociais a necessidade de construção de um novo projeto comprometido com as demandas das classes subalternas, particularmente expressas em suas mobilizações. É no bojo deste movimento, de questionamentos à profissão, não homogêneos e em conformidade com as realidades de cada país, que a interlocução com o marxismo vai configurar para o Serviço Social latino-americano a apropriação de outra matriz teórica: a teoria social de Marx. Embora esta apropriação se efetive em tortuoso processo (Yasbeck, 2009, p. 148).

Estas inquietações e insatisfações fazem parte da conjuntura vivida pelo Brasil no período de 1961 a 1964, em que é gestada, a consciência nacional-popular, onde é percebido o engajamento de amplos setores sociais na luta pelas reformas estruturais e reformas de base, inclusive para a política externa independente. Esse processo de conscientização e politização atinge operários e camponeses, estudantes e intelectuais, com a participação das ligas camponesas, sindicatos rurais, Movimento de Educação de Base (MEB), Centros Populares de Cultura, Movimento de Cultura Popular, Ação Popular e outros (SILVA, 2009, p. 27).

No período de 1960-1964 segundo Silva (2009, p. 28-29) um “reduzido setor da categoria profissional é influenciado pelo novo posicionamento dos cristãos de esquerda, que colocam a conscientização e a politização em função das mudanças estruturais”. Ainda neste período, esse reduzido grupo de assistentes sociais parte de uma análise crítica da sociedade, e percebem as contradições e a necessidade de mudanças radicais.

Nesse período, os assistentes sociais comprometidos com essa nova perspectiva, muitos assumindo o posicionamento dos cristãos de esquerda, engajam-se no MEB, organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, voltando-se, inicialmente, para um trabalho de alfabetização, passando depois para a animação popular e para um trabalho de sindicalização. Dá-se também a participação de alguns assistentes sociais nos trabalhos de cultura popular de Paulo Freire, despontando o emergir de uma prática profissional questionadora do *status quo*. (SILVA, 2009, p. 28-29).

Dentro do processo de renovação acontecem três momentos distintos de reflexão, segundo Netto (2009, p. 152), o primeiro inicia na metade dos anos sessenta; o segundo acontece dez anos depois e o terceiro no início dos anos oitenta. A iniciativa de organização é praticamente monopolizada pelas iniciativas do CBCISS¹¹, que encaminha uma série de importantes “Seminários de Teorização”.

¹¹ CBCISS – Comitê Brasileiro da Conferência Internacional de Serviço Social, segundo Netto (2009, p. 134) seus embriões datam do final dos anos quarenta e que de fato se organiza em 1961-1962. Este

O primeiro seminário foi o de Araxá, em março de 1967, o de Teresópolis foi o segundo em janeiro de 1970, o terceiro foi o de Sumaré em novembro de 1978, o quarto foi, em novembro de 1984, no Alto da Boa Vista e o quinto foi realizado, no Rio de Janeiro na última semana de junho de 1989 com o tema “A questão da construção do conhecimento em Serviço Social”.

O Serviço Social brasileiro a partir de 1964 foi bastante marcado pela nova conjuntura do país, a ditadura militar, com momentos bastante demarcados: o primeiro momento de 1964 a 1968 marcado pela definição das bases do Estado de Segurança Nacional, a formulação de novos mecanismos de controle e a reforma constitucional; a institucionalização do novo Estado e sua grande crise em 1967-1968, quando o governo militar instituiu o Ato Institucional nº 5 (AI-5). O segundo momento inicia no ano de 1969 a 1974, período mais rígido da ditadura militar, e o terceiro momento, do ano de 1974 a 1985 é marcado pelo afrouxamento até a retirada dos militares da cena política, como atores de frente (SILVA, 2009, p. 29).

A partir dos documentos produzidos nos Seminários de Teorização, percebe-se o rumo das discussões trazidas pelo grupo de profissionais do Serviço Social. No Documento de Araxá observa-se a inexistência de concepção teórica acerca da profissão. Segundo Netto (2009, p. 165), o Documento de Araxá foi aprovado no dia 26 de março de 1967, domingo de Páscoa, que coincidiu com a promulgação da Encíclica *Populorum progressio*, do Papa Paulo VI. O CBCISS constata que o *desenvolvimento* é o enfoque comum do documento papal e do mais recente documento de Serviço Social do Brasil, demonstrando ainda uma ligação forte entre o Serviço Social e a Igreja Católica.

No Documento de Teresópolis, as discussões sinalizam para a requalificação do assistente social, é definido o perfil sociopolítico da profissão e entram no circuito da “modernização conservadora”. Quanto ao quadro político brasileiro, em que atuam os assistentes sociais, só aparece neste documento uma única vez, na frase “regime autoritário, ausência de instituições democráticas”(NETTO, 2009, p. 187).

Nos documentos de Sumaré e Alto da Vista, percebe-se um retrocesso quanto aos dois primeiros documentos no que se refere à perspectiva modernizadora. Nesses documentos, não saíram textos conclusos ou documentos de natureza declarativa.

No encontro de Sumaré, cuja preparação vem registrada em CBCISS (1986: 107-111), foram apresentados e discutidos “documentos de base” sobre “A cientificidade do Serviço Social”, “Reflexões em torno da construção do Serviço Social a partir de uma abordagem de compreensão, ou seja, interpretação fenomenológica do estudo científico do Serviço Social”, “Reflexões sobre o processo histórico-científico da construção do objeto do Serviço Social e “Serviço Social e cultura: uma alternativa para a discussão das relações assistente social/clientela” (NETTO, 2009, p. 196).

Na metade da década de 70, em Belo Horizonte, MG, na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, uma equipe de assistentes sociais desenvolve uma proposta profissional alternativa ao denominado tradicionalismo no Serviço Social. Esta experiência, chamada de Método BH¹², contou com a preocupação com os critérios teóricos, metodológicos e interventivos, “explicitamente direcionada ao que entendia como interesses históricos das classes e camadas exploradas e subalternas”, de acordo com Silva (2009, p. 101).

[...] há dois outros aspectos que nos parecem merecer observação especial. O primeiro diz respeito à natureza institucional com que a experimentação das elaborações teórico-metodológicas e interventivas foi conduzida no campo da prática de extensão: os projetos de intervenção implicaram o envolvimento de organismos do poder público (prefeituras, LBA etc). O segundo relaciona-se à estratégia de interiorização dos projetos de intervenção: a escola buscou operacionalizá-los tanto na capital (Belo Horizonte) quanto em cidades nem sempre inseridas na sua periferia [...] (NETTO, 2009, p. 277).

A legitimação da nova direção ética, teórica e prática do Serviço Social aconteceu durante o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado no ano de 1979 na cidade de São Paulo, conhecido como “Congresso da Virada¹³”. A partir deste evento surgiram os seguintes processos de mudanças no Serviço Social: (1) ampliação e laicização da profissão; (2) vinculação sócio-política com a classe trabalhadora; (3) inserção acadêmica e científica da profissão; (4) militância política na profissão contra a ditadura; (5) criação de uma proposta metodológica de trabalho; (6) desenvolvimento

¹²Método de B.H. - Designação dada ao método elaborado pela equipe da escola de Serviço Social de Belo Horizonte no período de 72 a 75 e que propunha a constituição de uma metodologia alternativa às perspectivas das abordagens funcionalistas da realidade. Buscava articular teoria e ação em sete momentos. (Yasbek, 2009, p 28)

¹³Sobre o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em 1979, segundo Sposati [et all...] (2010, p. 52) é um marco histórico: os congressistas repudiam a Comissão de Honra do congresso, substituindo-a pelo trabalhador espoliado. A presença de lideranças sindicais no encerramento é o divisor de águas com os poderes instituídos.

das entidades organizativas da profissão – conselhos regionais e o conselho federal (7) mudança no perfil profissional (MOTA, 2011, p. 57).

Mudanças também começaram a acontecer dentro da Igreja Católica no Brasil. No ano de 1975, com espírito da Teologia da Libertação – TdL surgiram várias Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs, A Igreja começou a olhar a realidade de forma diferente a partir da Segunda Conferência dos Bispos Latino-Americanos, que aconteceu em 1968, em Medellín. O Papa, em 1970 denunciou a tortura no Brasil. A Hierarquia da Igreja posicionou-se contra o regime militar, tomando a defesa dos direitos humanos. Seu órgão de decisão máximo aqui no Brasil é a Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB. O governo reagiu contra este posicionamento, prendendo vários padres e até assassinando alguns.

Esse novo espírito impulsionou a aproximação da Igreja com o povo, sobretudo com os mais pobres das periferias urbanas. O trabalho religioso era ligado diretamente às condições sociais dessas pessoas e tinha-se o esforço de conscientização política. Carvalho (2008, p.183) relata que alguns teóricos da TdL abertamente aproximaram-se do marxismo. A CEBs expandiu-se por todo o país tanto na área urbana quanto na rural e em 1985 já tinha número em torno de 80 mil comunidades. A atuação política desses grupos fez que se aproximassem do PT, mesmo havendo o esforço da não vinculação partidária por parte da hierarquia da Igreja.

Silva (2009, p. 102) defende que, na década de 1980, o Projeto Profissional de Ruptura consolida-se e torna-se hegemônico no discurso teórico-metodológico da profissão. Na dimensão acadêmica do Serviço Social, a hegemonia¹⁴ desse Projeto torna-se inquestionável, dando margem a um novo projeto de formação profissional, com avanço na produção científica dos assistentes sociais. O veículo utilizado para divulgar a nova postura é a revista Serviço Social & Sociedade, criada em 1979.

A dimensão organizativa do Serviço Social, na década de 1980, conforme a autora, expande-se e é assumida como suporte para o próprio desenvolvimento do Projeto Profissional de Ruptura, surgindo associações e sindicatos de assistentes sociais por todo o país. Em 1983, é criada a Associação Nacional de Assistentes Sociais - ANAS. Esta forma de organização inicia no interior do Serviço Social, de acordo com a

¹⁴ Sobre o termo hegemonia cujo pleno desenvolvimento como conceito marxista é atribuído a Gramsci (1984b : 33), segundo Martinelli (1993, p. 127), está sendo utilizado na perspectiva por ele proposta em termos da liderança de classe, que é econômica e política, “pois se a hegemonia é ético-política também é econômica ; não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica”.

efervescência dos movimentos populares e sindicais e do surgimento de um novo partido político, o Partido dos Trabalhadores, que leva a ruptura no Serviço Social.

A organização sindical “acontece com as lutas gerais dos trabalhadores e na inserção dos assistentes sociais junto às demais entidades representativas da profissão; os eventos nacionais, gradativamente, revelam um contorno crítico e politizado”. Sobre o *Ethos*¹⁵ profissional do assistente social é auto-representado pela inserção do profissional na divisão sócio-técnica do trabalho, como trabalhador assalariado e cidadão. A formação profissional do assistente social recebe novos rumos, passando a contar com um currículo explicitamente orientado para uma formação crítica e comprometida com as classes subalternas. Em 1986, o Código de Ética é reelaborado, lembrando que ele não era alterado desde 1948. Esse novo código busca garantir uma ética profissional “objetivadora da nova moralidade profissional”(BARROCO, 2005, p.168).

A década de 80 foi marcada pelo surgimento de movimentos sociais e participação da sociedade, por meio de entidades, organizações não-governamentais (ONGs) e sindicatos, tendo como objetivo a participação no movimento Pré-Constituinte e também para denunciar o descumprimento das propostas por parte do governo.

No fim da década de 1980, o Brasil vivia o período de redemocratização com a promulgação da nova Constituição que aconteceu no ano de 1988. Esse evento significou uma importante mudança na área do Serviço Social, que acompanhou movimentada sociedade brasileira. As políticas sociais passaram a direcionar-se para a universalização e garantidos direitos sociais, para a descentralização político-administrativa e para a participação popular (BULLA, 2003, p. 11).

O processo de redemocratização, segundo Behring e Boschetti (2010, p. 144), era a grande novidade no fim da década de 1980, apesar da crise econômica, “com seu forte conteúdo reformista, no sentido de desenhar, na Constituição, políticas orientadas pelos princípios da universalização, responsabilidade pública e gestão democrática”. Neste período, formou-se uma Articulação Nacional de Entidades pela Mobilização Popular na Constituinte com a participação de entidades políticas, organizações não-

¹⁵Para explicar o ethos se faz necessário adentrar na moral. Assim, a distinção de moral e ética se apresenta da seguinte forma: a moral entendida por nós é a própria ação humana, ou seja, é a maneira de se agir no mundo, sua prática; já a ética (que denominamos de ethos) é a reflexão sobre esse agir, ou seja, constitui a teoria que leva à reflexão sobre a prática. Essa diferenciação é necessária para melhor entendimento do ethos profissional a ser apreendido no artigo O ETHOS DO ASSISTENTE SOCIAL NA PERSPECTIVA GRAMSCIANA DE ESTADO e José Carlos Freire, Leonildo A. R. Machado, p. 257 - *Serviço Social & Realidade, Franca, v. 19, n. 2, p. 255-278, 2010*)

governamentais (ONGs), movimentos sociais, tendo como compromissos democráticos que participaram dos grupos de trabalho. Desses trabalhos surgem conceitos como:

[...]seguridade social¹⁶, articulando as políticas de previdência, saúde e assistência social, e dos direitos a elas vinculados, a exemplo da ampliação da cobertura previdenciária aos trabalhadores rurais, agora no valor de um salário mínimo e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos e pessoas com deficiência. [...] alguns trabalhos mostram o processo de luta, a participação dos sujeitos-políticos, profissionais e de usuários, e que foram decisivos para a formatação legal dos direitos sociais no Brasil, pela primeira vez sob inspiraçãobeveridgiana(BEHRING eBOSCHETTI, 2010, p. 144).

Enquanto isso, os assistentes sociais começaram a questionar-se sobre os rumos da ação profissional, face à rearticulação dos movimentos populares e das organizações da sociedade civil. Discutiam-se a formação profissional e a relação da prática com os conhecimentos teóricos veiculados (BULLA, 2003, p. 11).

O projeto do Serviço Social brasileiro é historicamente datado, fruto e expressão de um amplo movimento de lutas pela democratização da sociedade e do Estado no País, com forte presença das lutas operárias que impulsionaram a crise da ditadura do grande capital. Foi no contexto de ascensão dos movimentos das classes sociais, das lutas em torno da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988¹⁷ e pela defesa do Estado de Direito, que a categoria dos assistentes sociais foi sendo socialmente questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil e não ficou a reboque desses acontecimentos. É no quadro dessas profundas modificações por que passou a sociedade brasileira, que se explica o florescimento de um processo de lutas democráticas, cuja visibilidade no cenário político só se dá no último quartel da década de 70. Tal processo condiciona, fundamentalmente, o horizonte de preocupações emergentes no âmbito do Serviço social Brasileiro, exigindo novas respostas profissionais (IAMAMOTO, 2008, p. 223).

O Serviço Social consolida-se como profissão nas décadas de 1980 e 1990, destacando-se como eixos articuladores do desenvolvimento da profissão após a

¹⁶ O conceito moderno do termo seguridade social foi desenvolvido pelo Sir William Beveridge no seu famoso documento Relatório sobre o Seguro Social e Serviços Afins, publicado em 1942, o qual propunha um plano de “seguridade social” que integrasse os seguros sociais, a assistência social e os seguros voluntários complementares. Seis “princípios” eram identificados no documento, incluindo o serviço público único ou a unificação da responsabilidade administrativa, a abrangência e a uniformidade na contribuição e na prestação (BEVERIDGE, 1946 apud MESA-LAGO, 2006, p. 17).

Segundo Behring e Boschetti (2010, p. 157), a Seguridade Social no Brasil foi regulamentada pelas Leis da Seguridade Social (1991), Lei Orgânica da Previdência Social (1991), Lei Orgânica da Assistência Social (1993) e Lei Orgânica da Saúde (1990). O processo de regulamentação não garantiu a materialização de todos os princípios previstos na Carta Magna.

¹⁷ O texto constitucional refletiu a disputa de hegemonia, contemplando avanços em alguns aspectos, a exemplo dos direitos sociais, com destaque para a seguridade social, os direitos humanos e políticos, pelo que mereceu a caracterização de « Constituição Cidadã », de Ulisses Guimarães. Mas trouxe traços conservadores, como a ausência de enfrentamento da militarização do poder no Brasil: as propostas de construção de um Ministério da Defesa e do fim do serviço militar obrigatório foram derrotados, dentre outras (BEHRING e BOSCHETTI, 2010, p. 141-142).

Constituição de 1988, a Seguridade Social, a assistência social como política pública, estes eixos e outros contribuíram para o amadurecimento da profissão com uma ampla participação coletiva da categoria (MARTINIANO, 2011, p. 47).

[...] é também um momento de maturação que se observa no Serviço Social brasileiro, presente na participação popular dos anos de 1980 para os anos de 1990 através da ruptura com seu conservadorismo, apesar deste ainda perdurar em escala menor até os dias atuais. Segundo ele, esta maturação está expressa na participação de profissionais de Serviço Social na elaboração e implementação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (BRASIL, 1993), Sistema Único de Saúde (BRASIL, 1990), entre vários outros, que permitiram após a Constituição de 1988, que o assistente social assumisse cargos de gestão e planejamento das Políticas Públicas (NETTO, 2004 apud MARTINIANO, 2011, 46).

Este movimento de participação coletiva da categoria profissional teve como resultado a regulamentação legal do projeto de profissão que se materializou no Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993; na Lei da Regulamentação da Profissão de Serviço Social, nº 8.662/93 e na proposta das Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional em Serviço Social. Ainda, segundo Iamamoto (2008, p. 234), a legislação profissional representa uma defesa da autonomia profissional, porque codifica princípios e valores éticos, competências e atribuições, além de conhecimentos essenciais, que têm força de lei, sendo judicialmente reclamáveis.

Neste capítulo, vimos como institucionalizou-se o Serviço Social no Brasil como profissão, com seu surgimento em 1936 na cidade de São Paulo. No próximo capítulo, a discussão segue a partir da política neoliberal no Brasil, na década de 1990 e como o Serviço Social articulou-se e articula-se diante dos desafios.

CAPÍTULO II – INFLUÊNCIA DA POLÍTICA NEOLIBERAL NO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 1990.

No presente capítulo, pretende-se contextualizar o Brasil na década de 1990, após a promulgação da Carta Magna, que aconteceu no ano de 1988. Na década de 1990, o país começou um intenso processo de acumulação capitalista globalizada, ocasionando “uma supressão das políticas públicas e um favorecimento para a expansão da economia neoliberal¹⁸, trazendo aos sistemas de Proteção Social¹⁹ uma fragmentação erosiva que redireciona as intervenções estatais em relação à questão social” (MARTINIANO, 2011, p.47-48).

A onda neoliberal que assolou o país a partir da década de 1990 foi determinante para o desenvolvimento de uma política econômica voltada para a rentabilidade econômica em detrimento dos avanços sociais. A crise econômica vivida no país foi conduzida por um Estado que não assumiu compromissos redistributivos e o “conceito retardatário, híbrido, distorcido ou inconcluso da seguridade social brasileira, conforme apontam importantes pesquisadores do tema, encontrou dificuldades antigas e novas ainda maiores para se consolidar” (BEHRING; BOSCHETTI apud BOSCHETTI, 2009, p. 330).

O que se observa no Brasil, segundo Yasbek (p. 1) é que “a via da insegurança e vulnerabilização do trabalho conviveu com a erosão do sistema público de proteção social”. A característica deste período é “a retração dos investimentos públicos no campo social e a crescente subordinação das políticas sociais às políticas de ajuste da

¹⁸A ideologia neoliberal contemporânea é, fundamentalmente, um liberalismo econômico, que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa privada, rejeitando veemente a intervenção estatal na economia (CARINHATO, 2008, p. 38). Neoliberalismo, como arcabouço teórico e ideológico não é algo novo. Nasce com o combate implacável, no início da década de 1940, às teses keynesianas e ao ideário do Estado de Bem-Estar, sobretudo aos direitos sociais e aos ganhos de produtividade da classe trabalhadora. Seu postulado fundamental é de que o mercado é a lei social soberana. Friederich Hayek, teórico principal do neoliberalismo expõe suas teses básicas no início da década de 1940. A ele se juntam, entre outros, M. Friedman, e K. Popper. A adoção das teses neoliberais e a implementação econômica e político-social têm início, todavia, apenas no contexto da crise e do colapso do socialismo real. É uma ideologia capitalista que defende o ajuste dos Estados nacionais às exigências do capital transnacionalizado, portanto, contrária aos pactos que subordinam o capital a qualquer forma de soberania popular ou instituições de interesse público (PIANA, 2009, p. 29-30).

¹⁹A proteção social pode ser definida como um conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para a provisão de serviços e benefícios sociais visando enfrentar situações de risco social ou privações sociais (Jaccoud, 2009, p. 57).

economia, com suas restrições aos gastos públicos e sua perspectiva privatizadora e refilantropizadora”.²⁰

[...] a questão social assume proporções de um desastre social (Soares, 2003), potenciando as contradições sociais que alimentam as lutas sociais. Por outro lado, as múltiplas manifestações da questão social, sob a órbita do capital, tornam-se objeto de ações filantrópicas e de benemerência e de “programas focalizados de combate a pobreza”, que acompanham a mais ampla privatização da política social pública, cuja implementação passa a ser delegada a organismos privados da sociedade civil, o chamado “terceiro setor”. Ao mesmo tempo, expande-se a compra e venda de bens e serviços, alvo de investimentos empresariais que avançam no campo das políticas públicas (IAMAMOTO, 2008, p. 155).

Quanto aos programas sociais, o Estado neoliberal cuida de desuniversalizar e assistencializar as ações, “cortando os gastos sociais e contribuindo para o equilíbrio financeiro do setor público”. Entende-se por política social neste período como sendo residual, ou seja, que soluciona apenas o que não pode ser enfrentado pela via do mercado, da comunidade e da família. A renda mínima é o carro chefe desta proposta, aliada com a solidariedade por meio das organizações da sociedade civil. Esta renda mínima não pode ter um teto muito alto, com o objetivo de não desestimular o trabalho, então há uma perversa reedição da ética do trabalho, onde não existe trabalho para todos ((BEHRING, 2009, p. 310).

[...] em contraposição à incondicionalidade, unicidade e universalidade da resposta estatal típica do contexto keynesiano, o novo trato à “questão social”, contido no projeto neoliberal, significa a coexistência de três tipos de respostas: a precarização das políticas sociais e assistência estatais, isto é, a manutenção destas, fornecidas “gratuitamente” pelo Estado, num nível marginal. Este tipo de resposta, no contexto da estratégia neoliberal, exige um duplo processo complementar de focalização e descentralização das políticas sociais estatais. Isto configura o tipo de resposta do Estado à “questão social” fundamentalmente dirigido às populações mais carentes. • a privatização da seguridade e das políticas sociais e assistenciais, seguindo dois caminhos: a re-mercantilização dos serviços sociais²¹ e a refilantropização das respostas à “questão social”²² (MONTAÑO, 2002, 56).

²⁰ A categoria “refilantropização” é uma categoria que temos utilizado desde início dos anos 1990 para designar uma das principais estratégias de implementação do neoliberalismo nos países de capitalismo periférico. Consiste em liberar o Estado de suas responsabilidades no enfrentamento das expressões da questão social transferindo-as à sociedade civil que é incentivada a reorganizar-se e modernizar-se através de novos mecanismos de gestão social para suas entidades e organizações amparadas por uma nova legislação na área, agora denominada de Terceiro Setor (YASBEK, p. 1).

²¹ Estes, enquanto lucrativos, são re-mercantilizados, transformados em “serviços mercantis”, em mercadorias, sendo traspassados para o mercado e vendidos ao consumidor, como uma nova forma de

No final do da década de 1990 no Brasil, do ponto de vista social, verifica-se o crescimento da pobreza, do desemprego e da desigualdade em contradição com a enorme concentração de renda e riqueza no mundo. Do ponto de vista político, o Brasil passa por uma crise da democracia, por causa da lógica economicista, autoritária e tecnocrata, posição assumida pelos poderes executivos. E do ponto de vista cultural, observa-se o aprofundamento do individualismo, do consumismo e do pensamento único. “Os neoliberais estimularam uma lógica societária fundada na livre concorrência, [...] mas tal lógica não serve ao terceiro milênio, a não ser para impulsionar o retrocesso, a destruição e a barbárie” (BEHRING, 2009, p. 310).

O Programa de Publicização, segundo Behring e Boschetti (2010, p. 154), é outro aspecto que merece destaque na “reforma do Estado neoliberal. Este se expressou na criação das agências executivas e das organizações sociais, bem como da regulamentação do terceiro setor²³ para a execução de políticas públicas. Para a execução das políticas públicas, foi estabelecido um Termo de Parceria com ONGs e Instituições Filantrópicas para a implementação das políticas. Essa nova configuração na área social - “sempre ignorando o conceito constitucional de seguridade – combinou-se ou serviço voluntário”. Esse trabalho voluntário desprofissionalizava a intervenção nessas áreas, “temendo-as ao mundo da solidariedade, da realização do bem comum pelos indivíduos, através de um trabalho voluntário não remunerado”.

Quanto ao exercício profissional dos assistentes sociais com relação às políticas sociais neste contexto, constatam-se grandes implicações para as condições de trabalho destes profissionais. “Do ponto de vista físico, há toda sorte de dificuldades, no âmbito da implementação de política pobres para pobres, focalizadas e residuais”. As salas de atendimentos não têm condições de sigilo, não tem móveis e equipamentos adequados para a realização do trabalho. O trabalho do profissional é reduzido ao plantão de emergência. Não é interessante profissionais que articulam e elaboram projetos de

apropriação da mais valia do trabalhador. Isto conforma o tipo de fornecimento empresarial de serviços sociais, dirigidos aos cidadãos plenamente “integrados” (MONTAÑO, 2002, p.56).

²²Na medida em que amplos setores da população ficarão descobertos pela assistência estatal – precária, focalizada e descentralizada, ou seja, ausente em certos municípios e regiões e sem cobertura para significativos grupos populacionais – e também não terão condições de acesso aos serviços privados (caros), transfere-se à órbita da “sociedade civil” a iniciativa de assistência mediante práticas voluntárias, filantrópicas e caritativas, de ajuda mútua ou auto-ajuda. É neste espaço que surgirá o “terceiro setor”, atendendo a população “excluída” ou parcialmente “integrada”. Isto se constitui como “uma luva” na mão do projeto neoliberal (MONTAÑO, 2002, p. 56).

²³ Conjunto de organizações não governamentais, sem fins lucrativos, que abrange um conjunto extremamente diversificado : desde as tradicionais entidades filantrópicas, assistenciais (religiosas ou laicas) até as modernas fundações empresariais, passando por ONGs voltadas à defesa de direitos sociais e à melhoria das condições de vida da população (YASBEK, 2009, p. 141) .

intervenção, “cujo produto é o atendimento de necessidades individuais e também coletivas e/ou a formação de consciência”. O interesse é mobilizar estes profissionais para a operação dos projetos de gestão da pobreza que vem de cima, ao invés de combater ou erradicar (BEHRING, 2009, p. 317).

Diante dos desafios da nova ordem mundial do capitalismo, os assistentes sociais, necessitam redirecionar sua prática, por isso buscam compreender as novas configurações do mundo do trabalho e suas repercussões na sociedade. Essas mudanças trouxeram reflexos negativos, principalmente para a classe trabalhadora, trazendo, segundo Martiniano (2011, p. 47), precarização do trabalho, penalização dos trabalhadores, intenso processo de privatização de empresas estatais, intensificação do ritmo do trabalho, proliferação dos contratos de trabalho temporários, aumento do trabalho informal sem garantias trabalhistas e previdenciárias, entre outros.

O Serviço Social, ao se constituir como uma profissão que atua, predominantemente, na formulação, planejamento e execução de políticas públicas como educação, saúde, previdência, assistência social, transporte habitação, tem o grande desafio de se posicionar criticamente diante da barbárie que reitera a desigualdade social, e se articular aos movimentos organizados em defesa dos direitos da classe trabalhadora e de uma sociedade livre e emancipada, de modo a repensar os projetos profissionais nessa direção. Esses são os compromissos éticos, teóricos, políticos e profissionais que defendemos no Brasil e em nosso diálogo com o mundo (BOSCHETTI, 2008, p. 21).

O Serviço Social frente a estas transformações vê-se diante de novos desafios e temáticas, novos sujeitos sociais aparecem com o agravamento da questão social e novas demandas para serem enfrentadas: desemprego, trabalho informal, novos formatos da exclusão social, movimentos sociais dilacerados e sem significado social, entre outros (MARTINIANO, 2011, p. 47).

Com relação às tendências que operam no campo das políticas sociais, Netto apud Behring (2009, p. 318) apresenta:

- a desresponsabilização do Estado e do setor público com uma política social de redução da pobreza articulada coerentemente com outras políticas sociais (de trabalho, emprego, saúde, educação e previdência); o combate à pobreza opera-se como uma política específica;
- a desresponsabilização do Estado e do setor público, concretizada em fundos reduzidos, corresponde à responsabilização abstrata da “sociedade civil” e da “família” pela ação assistencial; enorme relevo é concedido às organizações não governamentais e ao chamado terceiro setor;
- desdobra-se o sistema de proteção social: para aqueles segmentos populacionais que dispõem de alguma renda, há a

privatização/mercantilização dos serviços a que podem recorrer; para os segmentos mais pauperizados, há serviços públicos de baixa qualidade;
- a política voltada para a pobreza é prioritariamente emergencial, focalizada e, no geral, reduzida à dimensão assistencial.

A autora traz outros elementos como a criminalização dos pobres, com a emergência de um Estado penal e o crescimento da demanda, para o serviço social sociojurídico. Com o aumento das demandas o profissional realiza de forma intensiva seu trabalho e, muitas vezes, sem condições adequadas nos presídios, delegacias, varas e locais de cumprimento de medidas socioeducativas, envolvendo, muitas vezes, a segurança dos trabalhadores (BEHRING, 2009, p. 318).

Mas a consideração unilateral das imposições do mercado de trabalho conduz a uma mera adequação do trabalho profissional às exigências alheias, subordinando a profissão ao mercado e sujeitando o assistente social ao trabalho alienado. Resguardar a relativa autonomia na condução do exercício profissional supõe potenciá-la mediante um projeto profissional coletivo impregnado de história e embasado em princípios e valores radicalmente humanistas, com sustentação em forças sociais reais que partilham de um projeto comum para a sociedade. É necessário lembrar que “[...] os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. (Marx, 1978: 17) (IAMAMOTO, 2008, p. 219).

Diante das informações aqui apresentadas, que caracterizam os processos sociais, políticos e econômicos vividos pela sociedade brasileira a partir dos anos de 1990, percebe-se o quanto é desafiador ao Serviço Social materializar o seu projeto ético político nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Os avanços e limites de materialização do projeto profissional devem ser analisados, considerando “as condições macrossocietárias que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão [...] e as respostas técnico-profissionais e ético-políticas dos agentes profissionais nesse contexto” (IAMAMOTO, 2012, p. 40). Os profissionais, no seu cotidiano de trabalho, sentem os efeitos desse (re)direcionamento que é dado às políticas sociais, seja pelas demandas apresentadas pelos usuários, pela reconfiguração dos espaços de trabalho, pelas novas e/ou renovadas expressões da questão social que se manifestam na vida dos sujeitos.

Mesmo com alguns avanços obtidos nas políticas sociais a partir do início do novo século, especialmente no que diz respeito à política de assistência social (política social enfatizada neste trabalho), a partir da criação da PNAS (2004) e do SUAS (2005),

características como a precarização dos espaços de trabalho, das condições de trabalho dos trabalhadores e, acima de tudo, políticas sociais focalizadas reproduzem-se nas diversas instituições responsáveis pela operacionalização da referida política. Como refere Yamamoto “tais mudanças vêm ocasionando a perda de direitos e conquistas sociais históricas, impulsionadas pela reorganização do Estado segundo os preceitos liberais” (IYAMAMOTO, 2012, p. 35).

Na sequência faz-se uma contextualização da política de assistência social até se chegar à criação da PNAS em 2004 e SUAS em 2005. Este resgate é de fundamental importância, pois, no último capítulo deste trabalho, será apresentada a instituição onde foi realizado o estágio supervisionado em Serviço Social I e II e que está vinculada à política de assistência social, operacionalizando os seus serviços de acordo com a proteção social básica.

2.2- DA ASSISTÊNCIA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

As práticas de proteção social não são recentes no Brasil. Mas essas ações, e mesmo os programas voltados para a proteção, foram realizadas sempre sob o manto da caridade, da solidariedade ou da filantropia, marcadas por uma “responsabilidade” profundo ético ou religioso.

Quanto à pobreza no Brasil, até 1930 não era compreendida como expressão da questão social, mas como uma disfunção pessoal dos indivíduos. O atendimento social destes indivíduos dava-se a partir de encaminhamentos para asilamento ou internação, ou seja, a pobreza era tratada como doença.

[...] os pobres eram considerados como grupos especiais, párias da sociedade, frágeis ou doentes. A assistência se mesclava com as necessidades de saúde, caracterizando o que se poderia chamar de binômio de ajuda médico-social. Isto irá se refletir na própria constituição dos organismos prestadores de serviços assistenciais, que manifestarão as duas faces: a assistência à saúde e a assistência social. O resgate da história dos órgãos estatais de promoção, bem-estar, assistência social, traz, via de regra, esta trajetória inicial unificada” (SPOSATI et al., 2007, p. 42).

Os anos de 1930 e 1943 podem ser caracterizados como os anos de introdução da política social no Brasil. As principais medidas adotadas, neste período, segundo Behring e Boschetti (2010, p. 106) são:

Em relação ao trabalho, o Brasil seguiu a referência de cobertura de riscos ocorrida nos países desenvolvidos, numa sequência que parte da regulação dos acidentes de trabalho, passa pelas aposentadorias e pensões e segue com auxílio doença, maternidade, família e seguro-desemprego. Em 1930, foi criado o Ministério do Trabalho, e em 1932, a Carteira de Trabalho, a qual passa a ser o documento da cidadania no Brasil: eram portadores de alguns direitos aqueles que dispunham de emprego registrado em carteira.

As autoras Behring e Boschetti (2010, p. 106) salientam que uma das características do desenvolvimento do Estado social brasileiro é o caráter corporativo e fragmentado, “distante da perspectiva da universalização de inspiração Beveridgiana”.

Percebe-se que boa parte dos benefícios sociais estavam relacionados ao trabalho (emprego). Segundo Sposatti apud Carvalho (2008, p. 15), “no pensamento idealizado liberal permanecia a ideia moral pela qual atribuir benefícios ao trabalhador formal era um modo de disciplinar e incentivar a trabalhar o trabalhador informal, tido por vadio”.

Assim, segundo Carvalho (2008, p. 15-16) o acesso aos direitos sociais restringia-se a uma minoria da população já que a maior parte dela não possuía vínculo empregatício. À população desempregada restava a caridade das instituições filantrópicas. As políticas sociais desta época eram direcionadas aos trabalhadores urbanos, ou seja, a população rural encontrava-se em posição desprivilegiada. Quanto à assistência social, até este período, não tinha nenhuma visibilidade, não existindo no campo de atuação governamental.

Carvalho e Yamamoto (1995, p. 255-256) sinalizam que a primeira referência na legislação federal quanto a Serviços Sociais, consta na Carta Constitucional de 1934, onde o Estado é obrigado “a assegurar o amparo dos desvalidos e se fixa a destinação de 1% das rendas tributáveis à maternidade e infância.” Quanto à medida legal a nível federal, em 1938 através do Decreto-lei nº 525, de 01/07/1938, constitui-se a organização nacional do Serviço Social²⁴. Quanto ao serviço público (a nível nacional, estadual e municipal) é criado junto ao Ministério da Educação e Saúde o Conselho

²⁴As funções do Serviço Social serão definidas nesse decreto-lei como : « (...) Utilização das obras mantidas quer pelos poderes públicos, quer pelas entidades privadas, para o fim de diminuir ou suprir as deficiências ou sofrimentos causados pela pobreza e pela miséria ou oriundas de qualquer outra forma de desajustamento social e de reconduzir tanto o indivíduo como a família, na medida do possível, a um nível satisfatório de existência no meio em que habitam » (CARVALHO E IAMAMOTO, 1995, p. 256).

Nacional de Serviço Social²⁵, com as funções de “órgão consultivo do governo e das entidades privadas, e de estudar os problemas do Serviço Social”.

Os efeitos políticos desse decreto-lei foram, no entanto, muito restritos. O Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS – tampouco chegou a ser um organismo atuante. Caracterizou-se mais pela manipulação de verbas e subvenções, como mecanismo de clientelismo político. Sua importância se revela apenas como marco da preocupação do Estado em relação à centralização e organização das obras assistenciais públicas e privadas (CARVALHO E IAMAMOTO, 1995, p. 256).

Os autores acima referidos dizem que o Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS não chegou a constituir um mecanismo assistencial com influência no desenvolvimento do Serviço Social, na prática, a Legião Brasileira de Assistência - LBA²⁶, exerceu esta função. Esta instituição foi criada com o objetivo de “atender às famílias dos pracinhas envolvidos na Segunda Guerra” (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 107-108). Esta Instituição era coordenada pela primeira-dama, “o que denota aquelas características de tutela, favor e clientelismo na relação entre Estado e sociedade do Brasil atravessando a constituição da política social” (Ibidem). Aprimeiradama a coordenar a instituição no seu surgimento em 1942, foi a Sr^a Darci Vargas.

Da assistência “as famílias dos convocados”, progressiva e rapidamente a LBA começa a atuar em praticamente todas as áreas de assistência social,²⁷ inicialmente para suprir sua atividade básica e em seguida visando a um programa de ação permanente. Nesse sentido se constituirá em mecanismo de grande impacto para a reorganização e incremento do aparelho assistencial privado e desenvolvimento do Serviço Social como elemento dinamizado e racionalizador da assistência (CARVALHO & IAMAMOTO, 1995, p. 258).

²⁵Segundo Carvalho e Iamamoto (1995, p. 256), as funções específicas do CNSS : - inquéritos e pesquisas sobre as situações de desajustes sociais; a organização do plano nacional de serviço social, englobando os setores público e privado ; sugerir quanto às políticas sociais a serem desenvolvidas pelo governo e opinar quanto à concessão de subvenções governamentais às entidades privadas.

²⁶ A primeira grande instituição nacional de assistência social, [...], é organizada em sequência ao engajamento do país na Segunda Guerra Mundial. Os objetivos básicos da LBA (art. 2º de seus Estatutos) : 1 – executar seu programa, pela fórmula do trabalho em colaboração com o poder público e a iniciativa privada ; 2 – congregar os brasileiros de boa vontade, coordenando-lhes a ação no empenho de se promover, por todas as formas, serviços de assistência social ; 3 – prestar, dentro do esforço nacional pela vitória, decidido concurso ao governo ; e 4 – trabalhar em favor do progresso do serviço social no Brasil. A primeira grande instituição nacional de assistência social, [...], é organizada em sequência ao engajamento do país na Segunda Guerra Mundial (CARVALHO & IAMAMOTO, 1995, p. 256-257)..

²⁷Segundo o relatório da Legião Brasileira de Assistência, de agosto de 1942 – julho de 1943, citado por Carvalho & Iamamoto (1995, p. 258), as áreas compreendidas da assistência social eram : assistência à maternidade e infância, à velhice, aos doentes, aos necessitados, aos desvalidos, melhoria da alimentação e habitação dos grupos menos favorecidos, difusão da educação popular, levantamento do nível de vida dos trabalhadores e organização racional de seus lazeres.

A Legião Brasileira de Assistência – LBA foi extinta no ano de 1995 depois do escândalo do orçamento na Câmara Federal, envolvendo o Ministério de Ação social em 1993, ficando a instituição exposta à desmoralização pública diante de um abusivo esquema clientelista e de corrupção, ocorrido durante o período do presidente Collor (MIRANDA, 2008, p. 55).

Esta instituição, ao longo de sua existência, protagonizou muitos avanços e retrocessos para a sociedade brasileira. Ela produziu “um campo de práticas e de trabalho profissional, gerou conhecimentos, firmou parcerias com entidades filantrópicas, fez-se presente nos âmbitos municipal, estadual e federal. É importante salientar que, dentro desta instituição, “surgiram os primeiros e principais debates que levaram os constituintes a entender que a assistência social precisava ser compreendida e executada como um direito (GARCIA, 2012, p. 5).

ALBA não foi apenas um espaço de clientelismo, politicagem e corrupção. Houve muita vida inteligente nela pensando um novo caminho para a assistência social; houve profissionais que formularam um caminho pelo qual a área deixasse de ser refém dos projetos políticos eleitorais. Conheci muitos técnicos de qualidade na LBA, que ajudaram a pensar e formular o texto da LOAS (GARCIA, 2012, p. 5).

A partir da promulgação da Carta Cidadã de 1988, apresentou-se uma nova configuração social no cenário brasileiro, principalmente para as políticas públicas, as quais garantem, de forma efetiva, direitos que antes eram concedidos como benesses e levavam a população a uma situação de dependência. A assistência social então passa a ser regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS²⁸ (1993). Desde então, “novos conceitos e novos modelos passaram a vigorar no Brasil, com a assertiva do direito de cidadania, com vistas a garantir o atendimento às necessidades básicas dos

²⁸ Segundo a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – nº 8.742, de 07/12/1993) no Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas e no Art. 2º A assistência social tem por objetivos: I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; c) a promoção da integração ao mercado de trabalho; d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família; II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais. Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais

segmentos populacionais vulnerabilizados pela pobreza e pela exclusão social” (GUIMARÃES; BARROS, 2013, p. 45).

A Constituição de 1988 deu uma enorme guinada em direção à concepção da proteção social como direito. A partir desse ano, a assistência social ganhou o *status* constitucional de política de seguridade social, passando a ser um direito do cidadão, e não um “favor” do Estado ou de entidades filantrópicas. [...] porém, só vai ser regulamentada na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que, em 1993, consolida um novo modelo de proteção social para o Brasil. Cinco anos depois da promulgação da Constituição, a LOAS traça novos caminhos para viabilizar a estruturação de um sistema de garantia de direitos. No entanto, o antigo demorou a dar lugar ao novo, e ainda permaneceu, como protagonistas as ações na área, a antiga série histórica. A série histórica é constituída um conjunto de instituições que atuam de forma muito marcada por ações e metodologias que não reconhecem o Estado como a inteligência do processo de definição e condução das estratégias de proteção social (GARCIA, 2012, p. 6-7).

A Constituição Federal de 1988 trouxe uma nova concepção para a Assistência Social no país. Inserida na esfera da Seguridade Social e a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS como regulamentadora, como política social pública, a assistência social inicia um novo processo. Ela entra “no campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade social, inserindo-a no sistema de bem-estar social brasileiro concebido como campo de Seguridade Social”, formando assim uma tríade juntamente com a saúde e a previdência social (BRASIL, 2004, 17).

A Constituição reconhece como direito a Seguridade Social, que inclui a Assistência Social, a Saúde e a Previdência Social, com iguais diretrizes de universalidade, equidade e gestão democrática. A formulação de Assistência Social conseguiu superar a tradição de benemerência e caridade, superando o fisiologismo e de clientelismo, embora estas práticas ainda dominem (TEIXEIRA, 2002, p. 9).

A Seguridade Social segundo Carvalho (2008, p. 23), assumiu como sistema de proteção social brasileiro, duas vertentes: “uma contributiva (contrapartida dos rendimentos do trabalho assalariado para sua garantia) e outra não contributiva (para todos os cidadãos que dela necessitem). Na Constituição Federal (BRASIL, 2011, p. 122) o Art. 203 diz que assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
 II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
 III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
 IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
 V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 2011, p. 122).

A primeira restrição desse direito então é que é destinado aos desamparados e aos que dela tiverem necessidade. Com isso o texto institui uma distinção de como se aplica o direito entre os que são capazes de trabalhar e os que não são capazes. (DAMASIO, 2011, p. 46).

a proteção, o amparo, a habilitação e a garantia de uma renda mínima destinam-se especificamente àqueles cuja situação não lhes permitiu trabalhar: Maternidade, infância, adolescência, velhice, deficiência. Àqueles que não se inserem nestas situações, o objetivo é outro: não assistir, mas promover a integração ao mercado de trabalho (BOSCHETTI apud DAMASIO, 2011, p. 46).

A Constituição Federal de 1988 apontava para a construção, era uma espécie de bem estar social. De forma inédita, neste texto constitucional consagraram-se explicitamente através dos direitos civis e políticos, corando-se assim a cidadania moderna. “Com isto, colocava-se o arcabouço jurídico-político para implantar, na sociedade brasileira, uma política social compatível com as exigências de justiça social, equidade e universalidade” (NETTO apud DAMÁSIO, 2011, p. 46).

Depois da Assistência Social ser inserida como política pública na Constituição Federal de 1988, aconteceu uma “intensa mobilização de diferentes atores que, organizados, discutiram a fundamentação relacionada à área, visando à sua regulamentação enquanto direito social universal e política pública que expressasse os interesses e as necessidades ao Congresso” (PEREIRA, 2006, p. 68).

No ano de 1993, segundo Pereira (2006, p. 68) “por iniciativa do então Ministério do Bem-Estar Social em parceria com a Frente Social dos Estados e Municípios”, várias instituições organizaram a 1ª Conferência Nacional de Assistência Social que foi realizada em 1993. As instituições que participaram deste evento foram:

[...] a Associação Nacional dos Empregados da Legião Brasileira de Assistência, o Serviço Social do Comércio, o Serviço Social da Indústria, parlamentares, diversos representantes de organizações da Sociedade Civil e das universidades, o Conselho Nacional de Seguridade Social, a Associação Brasileira de Serviço Social e os Conselhos Regionais de Serviço Social, o Movimento pela Ética na Política, a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar [...] (PEREIRA, 2006, p. 68).

Do encontro da 1ª Conferência Nacional de Assistência Social, nasceu a proposta e foi encaminhado o projeto de Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. “Só após a apresentação, discussão e negociação de vários projetos e emendas, foi sancionada a LOAS pelo Presidente da República, em 7 de dezembro de 1993” (PEREIRA, 2006, p. 68).

Em 7 de dezembro de 1993, a LOAS foi promulgada pelo presidente ItamarFranco. Não foi fácil chegar ao texto final dessa lei. Muitas concessões precisaramser feitas para equacionar as estruturas históricas, consolidadas pela prática dacaridade, com uma nova estratégia que propunha a construção de uma rede deproteção social sob a responsabilidade do Estado, de acordo com a Constituição de 1988 (GARCIA, 2012, p. 8).

A Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS é uma lei federal que regulamenta os artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988, “que definem e garantem os direitos à Assistência Social.

Sua essência pode ser expressa como Política de Seguridade Social não contributiva, de responsabilidade do poder público em conjunto com a sociedade civil. A LOAS dispõe sobre o conjunto de benefícios, serviços, programas e projetos que devem estar articulados entre si numa perspectiva de potencialização de seus resultados (PEREIRA, 2006, p. 69).

Com o fim da Legião Brasileira de Assistência no ano de 1995, a assistência social foi vinculada ao recém-criado Ministério daPrevidência e Assistência Social - MPAS. Neste Ministério, a Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS assumiu as atribuições e a missão da Legião Brasileira de Assistência – LBA e tambémdo abolido Ministério do Bem-Estar Social. Neste período a Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS convivia “com um programa que se desenvolvia em paralelo

às ações governamentais na áreasocial – o Comunidade Solidária²⁹, sob o comando da primeira-dama Ruth Cardoso”. A dificuldade entre os dois organismos é que eles operavam separados e não havia nenhum diálogo entre eles(GARCIA, 2012, p. 9).

Ainda em 1995, aconteceu em Brasília a I Conferência Nacional de Assistência Social, prevista na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS. Nesta conferência, aconteceu “um amplo debate, com a efetiva participação da sociedade, sobre a agenda necessária para consolidar a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS e a Política de Assistência Social, que, nesse momento, ganhava seus primeiros contornos como direito, e não como favor” (GARCIA, 2012, p. 9).

O passo seguinte à promulgação da LOAS foi a elaboração da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, em 1995, que expressava o conteúdo específico desta área de política e, pela primeira vez, definia seus objetivos, diretrizes, funções, usuários, ações e prioridades, dentre outros aspectos relevantes. Essa política foi revista e aprimorada em 1998 e, mais recentemente, em 2004, resultando na PNAS/2004 que buscou incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política de Estado³⁰ (PEREIRA, 2006, p. 70).

Um ano depois, em 1996, segundo Garcia (2012, p. 9) “começou o processo de estadualização da assistência social, ainda totalmente contaminado pelos procedimentos antigos e pela série histórica da LBA”. Os convênios usados para o financiamento das entidades que era de responsabilidade da Legião Brasileira de Assistência – LBA, passou a ser feito pelos estados, mas os atores eram praticamente os mesmos. Ainda neste ano, mesmo com dificuldades e contradições, o abandono do modelo da antiga, histórica e “imexível” Rede de Serviços de Ação Continuada, a rede SAC formada para o atendimento “creches, asilos, abrigos e centros de reabilitação para pessoas com deficiência –, em direção à busca de novas ideias e estratégias de proteção social”.

A partir desse ano, foi implantado o Benefício da Prestação Continuada (BPC), para idosos e portadores de deficiência, e foi criado o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). A gestão na SNAS de Lúcia Wânia, hoje senadora por Goiás, teve o mérito fundamental de estruturar o processo de descentralização, que começou pela estadualização e, por fim, municipalização das ações. Sua gestão também conduziu, no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), a aprovação da Política Nacional de

²⁹O Comunidade Solidária era definido como inovador e revolucionário no fazer social, pois propunha a participação de toda a sociedade na construção de um projeto de desenvolvimento local e atuava efetivamente no município, fomentando a mobilização social (GARCIA, 2012, p. 9).

³⁰A Política define que os destinatários da Assistência Social são os segmentos excluídos involuntariamente das políticas sociais básicas e das oportunidades de acesso a bens e serviços produzidos pela sociedade e determina que a proteção social tem como referência o indivíduo, suas condições sociais e a proteção à família (PEREIRA, 2006, p. 70).

Assistência Social (PNAS) e a aprovação da Norma Operacional Básica (NOB). É muito importante destacar também que tanto o BPC quanto o Peti nasceram com liberdade em relação à rede SAC (GARCIA, 2012, p. 9).

No ano de 1999, segundo Garcia (2012, p. 9) a Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS foi transformada em Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS, com *status* de ministério. A gestão da secretária de Estado foi marcada pela ampliação do processo de municipalização e também:

[...] pelo aumento e alargamento da escala do Peti; pela diminuição da idade mínima para ter direito de acesso ao BPC, que caiu de 70 para 67 anos; pela criação dos núcleos de apoio à família, hoje Centros de Referência de Assistência Social; e pela criação do Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano (PAJDSH). A SEAS coordenou também o Projeto Alvorada, um pacto nacional contra a pobreza, que envolve diferentes ministérios. [...] foi instalada a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) [...] Também foram criadas as Comissões Intergestores Bipartites em todos os Estados. A gestão da SEAS, entre 1999 e 2002, avançou bastante e alicerçou muitas das bases da atual Política Nacional de Assistência Social - PNAS (GARCIA, 2012, p. 9).

No ano de 2003, no mês de dezembro, foi realizada a IV Conferência Nacional de Assistência Social. Deste evento nasceu o Sistema Único de Assistência Social – SUAS³¹ e em janeiro do ano seguinte foi extinto o Ministério da Assistência. Com a aprovação do Sistema Único de Assistência Social,

Durante o período de 1993 a 2003 segundo Pereira (2006, p. 82) foram instituídos o primeiro texto da Política Nacional de Assistência Social – PNAS/1998 e às Normas Operacionais Básicas – NOB/97 e NOB/98 que “disciplinaram o processo de descentralização da Assistência Social nas três esferas de governos”, definindo os níveis de gestão e os mecanismos de repasse de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS para os Fundos Estaduais de Assistência Social – FEAS e os Fundos Municipais de Assistência Social – FMAS. Com o objetivo de garantir espaços permanentes de interlocução e articulação entre os gestores da Política de Assistência

³¹ O SUAS é um sistema público não-contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira (NOB/SUAS). Ele tem como objetivo regular e organizar os serviços, programas, projetos e benefícios, ou seja, as ações socioassistenciais na lógica de um sistema, o que significa planejar a política de Assistência Social de forma articulada entre os diversos entes federados – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – tendo os mesmos princípios e diretrizes como fundamento, mas respeitando a diversidade e especificidade próprias de um país como o nosso. [...] o SUAS regula e organiza, em todo território nacional, os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, estabelecendo que as famílias, seus membros e indivíduos são o foco prioritário para o atendimento, e este deve ter o território como base de organização (PEREIRA, 2006, p. 83)..

Social, foram instituídas as Comissões Intergestores Tripartite (CIT), nível nacional e Comissões Intergestores Bipartite (CIB) em nível estadual, “como instâncias de negociações e pactuação entre gestores quanto aos aspectos operacionais da gestão do sistema.

Em 15 de outubro de 2004 foi aprovada pela Resolução nº 145 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, a Política Nacional de Assistência Social, publicado no Diário Oficial da União de 28 de outubro de 2004. Este é um instrumento decisivo, resultado de intenso e amplo debate nacional, que vai consolidar a condução do trabalho a ser realizado.

A PNAS rege-se pelos seguintes princípios democráticos, em conformidade a LOAS, capítulo II, seção I, artigo 4º:

- I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II - Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III - Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV - Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V – divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão (BRASIL, 2004, p. 17-18)

A organização da Assistência Social tem as seguintes diretrizes, conforme a Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica de Assistência Social:

- I - Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais;
- II - Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- III - Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo;
- IV - Centralidade na família³² para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.

³²Segundo Pereira (2006, p. 70), a concepção de família adotada pela NOB/SUAS é a de um « núcleo afetivo, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, que concorre em obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero », superando-se a referência de tempo e de lugar para a compreensão desse conceito.

Quanto aos objetivos a Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 coloca como objetivo da Assistência Social realizar de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais”. Sob essa perspectiva, objetiva:

Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem; Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural; Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária;

Quanto aos usuários da Lei Orgânica de Assistência Social, segundo a Política Nacional de Assistência Social - PNAS:

Constitui o público usuário da política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

A Política Nacional de Assistência Social estabelece como funções básicas da Assistência Social a proteção social “assegurada por um conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios para redução e prevenção do impacto das fragilidades pessoais e sociais”. Elas se especificam em “proteção social básica³³ e proteção social especial³⁴ de média e alta complexidade”; a vigilância social “produção e sistematização de dados, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social”; e a defesa social e institucional que “possibilita o acesso ao conhecimento dos

³³Segundo Pereira (2006, p. 71) proteção social básica tem por objetivo prevenir situações de risco e fortalecer vínculos familiares e comunitários da população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações étnicas, de gênero ou por deficiência, dentre outras).

³⁴Segundo Pereira (2006, 71) a proteção social especiais tem por objetivo superar situações de risco para famílias e indivíduos cujos direitos tenham sido violados, mas mantêm vínculos familiares e comunitários (média complexidade), ou quando já tenha ocorrido rompimento dos laços familiares e comunitários (alta complexidade).

direitos socioassistenciais e sua defesa e articulação com outras políticas setoriais” (PEREIRA, 2006, p. 71).

A Proteção Social Básica segundo Damasio (2009, p. 70) tem um caráter preventivo, eles são executados nos CRAS – Centros de Referência de Assistência Social, unidades públicas estatais e devem ser localizadas em áreas de vulnerabilidade social, podendo abranger até 1.000 famílias/ano. Então a função do CRAS é “executar os Serviços de Proteção Social Básica, organizar e coordenar a rede de serviços sócio-assistenciais locais da política de Assistência Social, objetivando a orientação e convívio sócio-familiar e comunitário das famílias e pessoas assistidas”.

E a Proteção Social Especial é “uma modalidade de atendimento assistencial destinado a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, decorrentes de situações de abandono, violência, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, etc”. Que executa esses serviços de Proteção Social Especial exige acompanhamento individual e a construção de soluções protetivas, utilizando serviços de abrigo como: albergues, famílias substitutas, etc. Esta proteção está estruturada em Média e Alta Complexidade com isso é prevista a criação de Centros de Referências Especiais da Assistência Social – CREAS (DAMASIO, 2009, p. 70).

A participação popular também está garantida como diretriz na Lei Orgânica de Assistência Social através dos conselhos assim como: a descentralização político-administrativa para estados e municípios, com o comando único em cada esfera de governo e a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de Assistência social.

[...] a participação e o controle da política – o chamado controle social³⁵ – passam a ser questão de princípios, deveres constitucionais, e não apenas opção política de um ou outro governo e devem se dar por meio dos conselhos e das conferências de Assistência Social. [...] A grande novidade introduzida por esse tipo de conselho, portanto, é o seu caráter deliberativo e a sua dimensão político-institucional, ou seja, eles são criados por lei específica e fazem parte do sistema que regula a política pública (PINHEIRO e CUNHA, 2006, p. 98).

³⁵[...]a sociologia utiliza o termo controle social para designar os diferentes processos de influência e vigilância do Estado sobre o indivíduo. No entanto, quando utilizada para referir-se aos conselhos de forma geral a expressão adquiriu o significado do exercício do controle público pelo cidadão e pela sociedade civil organizada sobre o Estado, visando assegurar que este esteja a serviço do interesse público (PINHEIRO & CUNHA, 2006, p. 98).

Diante dos avanços a era dos direitos sociais, não desconsiderando as dificuldades e desafios, a sociedade brasileira passou por uma rica experiência como sujeitos sociais. Para as categorias profissionais, em especial o Serviço Social, esta experiência significou um profundo processo de renovação. [...] “O Serviço Social desenvolveu-se teórica e praticamente, laicizou-se, diferenciou-se e, na entrada dos anos noventa, apresenta-se como profissão reconhecida academicamente e legitimada socialmente”. A consolidação profissional do Serviço Social aconteceu através da materialização em conquistas teóricas e no plano da reflexão e da normatização ética, o Código de Ética Profissional de 1986. O Assistente Social frente ao projeto profissional, vincula-se radicalmente a um projeto social democrático, redimensionando a inserção do Serviço Social na vida brasileira, comprometido com os interesses históricos da massa da população trabalhadora (CFESS, 1993, p. 02).

Com isso avançamos para o terceiro capítulo onde será apresentada a experiência do Estágio Supervisionado I e II no Centro de Formação Teresa Verzeri na cidade de São Borja. E esse processo de renovação é percebido nesta instituição quando chega o Serviço Social na década de 2000 e reordena as ações numa perspectiva de garantia de direito. Essa experiência do Centro de Formação Teresa Verzeri possibilitou uma experiência de extensão na Paróquia São Francisco de Borja, na cidade de São Borja junto a Pastoral Social.

CAPÍTULO III –O CENTRO DE FORMAÇÃO TERESA VERZERI – ESPAÇO OCUPACIONAL DO ASSISGTENTE SOCIAL

O Centro de Formação Teresa Verzeri foi fundado em 1936, na cidade de São Borja no Estado do Rio Grande do Sul pela Madre Maria Antônia Perini na Escola Sagrado Coração de Jesus, com o objetivo de cuidar de meninas pobres, principalmente abandonadas pelos pais. Do ano da fundação até o ano de 1986 a instituição era chamada de LAR DA MENINA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, atendeu, em regime de internato, meninas desprovidas da convivência familiar (REDE VERZERI, 2010-2014).

Em função de mudanças organizacionais, a partir do ano de 1987, o atendimento passou a ser feito no turno inverso à escola, continuando a ser direcionado a meninas.

Em reordenamento das ações e em atenção ao Estatuto da Criança e do Adolescente -ECA³⁶, a instituição, no ano de 2000, passou a atender crianças e adolescentes de ambos os sexos, favorecendo, assim, à formação integral e à inclusão social. Dessa forma, decidiu-se pela denominação Centro de Formação Teresa Verzeri. O atendimento continua sendo no turno inverso à escola e incrementado pela oferta de oficinas e cursos, extensivos às famílias dos educandos da instituição e comunidade em geral.

O Centro de Formação Teresa Verzeri é uma instituição religiosa de caráter público-privado, do terceiro setor³⁷ que executa a Política de Assistência Social atendendo crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. O propósito institucional está em conformidade com o Art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, conforme lei Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990³⁸, à formação

³⁶ [...] é justo reconhecer que o ECA representa avanço inestimável frente ao Código de Menores, suplantando a visão policialista por outra que se quer educativa. Segundo, também é justo reconhecer que o ECA resultou de uma mobilização social em torno da causa, com participação eminente de ONGs dedicadas, representando, pois, um legado que, desde logo, merece respeito (DEMO, 1995, p. 101).

³⁷ A partir de uma análise crítica e dialética, o terceiro setor pode ser compreendido como um fenômeno funcional ao processo de reestruturação do capital e que está inserido nas contradições da sociedade capitalista contemporânea, representando interesses da classe dominante e, portanto, caracterizando-se como estratégia de consenso e hegemonia, uma vez que se caracteriza como “um novo padrão para a função social de dar respostas às expressões da questão social” (MONTAÑO, 2003, p. 22), em que a comunidade/sociedade se responsabiliza pela questão social gerada pelas contradições entre as classes. Segundo Robalo (2010, p. 98) “o denominado terceiro setor é muito mais que uma nomenclatura para identificar o setor de atuação das ONGs o terceiro setor é força armada das comunidades junto ao Estado, na luta contra as desigualdades sociais”.

³⁸ Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao

integral e a inclusão social através da educação, na perspectiva de assegurar os direitos à vida, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade, e a convivência familiar e comunitária (CFTV, 2010).

O Centro de Formação Teresa Verzeri tem a Associação de Literatura e Beneficência como sua mantenedora. Esta instituição foi fundada em 30 de agosto de 1932, e tem como associadas as Irmãs Filhas do Sagrado Coração de Jesus; é uma sociedade civil, de fins não econômicos, filantrópica, de caráter beneficente, educativo, cultural e de assistência social. Sua sede localiza-se na cidade de Porto Alegre, RS. Esta sob sua responsabilidade uma rede de estabelecimentos da área da saúde, educação e de assistência social, de sua propriedade e manutenção ou de sua administração e direção, e buscam apoio da comunidade, de pessoas físicas e jurídicas, instituições públicas e privadas, e de organismos nacionais e internacionais (REDE VERZERI, 2010-2012).

Para contribuir, efetivamente, no enfrentamento da realidade de exclusão social, o Centro de Formação Teresa Verzeri tem como objetivo primordial: acolher e educar para a cidadania crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, procurando despertar potencialidades para os valores humanos, sociais e espirituais, com interesse por atividades que viabilizem a criatividade e a rentabilidade futura; integrando, assim, a família, o Centro de Formação e a comunidade para uma maior vivência fraterna.

O Centro de Formação Teresa Verzeri tem como missão institucional desenvolver um processo de formação integral, promovendo a vida com dignidade e o exercício da cidadania; como visão ser reconhecida pela excelência em formação integral, viabilizando o compromisso emancipatório de forma sustentável e como princípios e valores a cordialidade nas relações, respeito às diferenças, justiça, testemunho e a ética planetária.

O Centro de Formação tem como objetivo geral garantir o trabalho social com crianças, adolescentes e jovens, prevenindo a ocorrência de situações de vulnerabilidade social e risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária³⁹. As ações desenvolvidas vão ao encontro das necessidades e desejos dos usuários, visando ao

esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude (BRASIL, 2010, p. 12).

³⁹ Este objetivo e os específicos estão em consonância com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, referente à resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, referente a Serviços de Proteção Social Básica.

desenvolvimento da autonomia pessoal e social dos mesmos, no sentido de proteção, inclusão e garantia de seus direitos. Os objetivos específicos são:

Fortalecer os vínculos familiares e sociais através da participação dos educandos e familiares nos serviços oferecidos pelo CFTV; promover o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo; desenvolver potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã por meio dos serviços socioeducativos; instigar a participação dos educandos na vida pública do território municipal e desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo; incentivar a inserção, permanência e promoção do jovem no sistema educacional; reduzir a ocorrência de situações de vulnerabilidade social; prevenir a ocorrência de risco social, seu agravamento ou reincidência; aumentar o acesso a serviços socioassistenciais e setoriais; ampliar o acesso aos direitos socioassistenciais e melhorar a qualidade de vida dos usuários e suas famílias (CFTV, 2012, p.).

Quanto aos serviços prestados na cidade de São Borja, o Centro de Formação dispõe de um programa composto por uma série de atividades de cunho socioeducativo e de proteção, que buscam assegurar a solidificação dos direitos de cidadania referentes à vida, saúde física e emocional, alimentação, educação, esporte, lazer, cultura e dignidade.

Diante deste propósito a instituição oportuniza a continuidade ao atendimento assistencial, oferecendo os recursos físicos, materiais, humano e técnico através dos seguintes programas desenvolvidos: Ações complementares a escola; Apoio Pedagógico; Apoio Sócio Familiar; Preparação ao mercado de trabalho e Geração de Trabalho e Renda conforme os princípios da Economia Solidária (PPS – 2010-2014).

Quanto à participação em Conselhos de Direito, o Centro de Formação Teresa Verzeri participa do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA e do Conselho Municipal de Assistência Social – CMS, ambos na cidade de São Borja, RS.

3.1 - O SERVIÇO SOCIAL NA INSTITUIÇÃO SEU PROCESSO DE TRABALHO⁴⁰

O Serviço Social potencializou suas ações no Centro de Formação Teresa Verzeri no ano de 2000 devido à necessidade de reordenar as atividades para atender melhor as demandas da cidade de São Borja. Primeiramente foi feito o diagnóstico da instituição no ano de 1999, quando ainda era chamado de Lar da Menina Sagrado Coração de Jesus. Esse diagnóstico foi realizado pela assistente social que ocupava o cargo de coordenadora da mantenedora a Associação de Literatura e Beneficência no ano de 1999.

Neste período, a instituição só atendia 20 meninas e devido às mudanças na realidade da cidade de São Borja e da legislação, havia a necessidade de atender também meninos. A mudança somente começou a acontecer quando a assistente social veio para a cidade de São Borja no ano de 2000 e, em atenção ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA iniciou as mudanças na instituição.

A primeira mudança foi o re-planejamento das atividades desenvolvidas pela instituição e ampliou-se o atendimento de crianças e adolescentes de 40 para 80. Iniciou uma seleção gradativa de meninos e, nesse contexto, foi implementado o modelo de ficha socioeconômica, estabelecendo critérios de seleção, dando prioridade aos mais necessitados e que os pais estivessem trabalhando não tendo com quem deixar os filhos no turno inverso a escola.

Esse processo de seleção que antes era feito pelas Irmãs e pelos educadores, passou a ser de responsabilidade da assistente social que também assumiu o planejamento estratégico, pelo plano de ação para as oficinas e pelo encontro formativo com as famílias.

A grande conquista da instituição com a vinda do Serviço Social no ano de 2000, foi a profissionalização do quadro de colaboradores internos. Contratou-se nutricionista, pedagogos e psicólogos. Elaborou-se um plano para cada uma das oficinas e passou-se a ter um olhar de gestão social.

No ano de 2006 foi construído o PPS (Projeto Pedagógico Social) do projeto nasceu o Plano Pedagógico Social, fundamentado nas competências e habilidades de

⁴⁰ Entende-se por processos de trabalho do Serviço Social « [...] uma matéria-prima ou objeto sobre o qual incide a ação, meios ou instrumentos de trabalho que potenciam a ação do sujeito sobre o objeto ; é a própria atividade, ou seja, o trabalho direcionado a um fim, que resulta em um produto » (IAMAMOTO apud ROBALO, 2010, p. 107).

aprender a ser, a fazer, a conhecer, a conviver e a discernir. Sendo este um instrumento que norteia as ações complementares desenvolvidas no Centro de Formação Teresa Verzeri, apresentando uma abordagem abrangente e integrada, por meio de diretrizes, as aspirações da comunidade, os objetivos e os valores que visam à inclusão do educando na sociedade. Em 2007 criou-se um modelo de parecer avaliativo dos educandos, em relação ao seu comportamento e rendimento em cada oficina, esta avaliação é entregue para as famílias semestralmente. (PLANO DO SERVIÇO SOCIAL – 2010)

Atualmente o Centro de Formação Teresa Verzeri tem em seu quadro de colaboradores 03 (três) assistentes sociais: a Irmã Sônia Maria Grass que assume a gestão da instituição; Carine Fagundes e Aricia Oliveira, além de abrir espaço para estagiários do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa.

A presença do Serviço Social, no Centro de Formação Teresa Verzeri, veio trazer um novo norte nas ações e atividades oferecidas às crianças, adolescentes e suas famílias. Um dos diferenciais desta instituição é que a sua gestão é conduzida e planejada por uma assistente social e suas atividades são na perspectiva da assistência social, viabilizando o atendimento de crianças, adolescentes e suas famílias, para a garantia de seus direitos como cidadãos, visando à qualidade de vida dos sujeitos.

Entre as ações desenvolvidas pelas assistentes sociais na instituição, destaca-se: Plano Anual do Serviço Social, avaliação sócio-econômica das famílias para ingresso dos educandos na Instituição, avaliação de orçamentos, coordenação e supervisão dos recursos aplicados e projetos sociais, elaboração de projetos sociais e de parcerias em rede, convocação, organização e participação nas reuniões formativas das famílias e de capacitação dos profissionais da instituição, encaminhamento do SIG – Sistema de Informação Gerencial⁴¹, atendimento e encaminhamento de casos relacionados com trabalho infantil, violência intrafamiliar, déficit de aprendizagem, problemas no relacionamento com colegas, profissionais e familiares, intervém nas demandas para suprir as necessidades básicas dos sujeitos, participação nos conselhos da Assistência Social e COMDICA⁴², supervisão de estagiários do curso de Serviço Social, entre outras ações.

⁴¹O referido sistema é uma forma de controle das atividades realizadas, pessoas atendidas, refeições disponibilizadas. Através das chamadas é realizado o controle do nº de oficinas que os educandos participam, o atendimento que é feito pelos diversos profissionais do espaço (nutricionista, psicóloga, assistente social, pedagoga, etc), sendo este documento enviado mensalmente para a Mantenedora (Associação de Literatura e Beneficência).

⁴²Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, é o órgão público determinado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, por meio de lei municipal, como instância de participação democrática para representar os interesses de crianças e adolescentes. Os agentes públicos, membros de

Quanto aos recursos físicos, a assistente social do Centro de Formação Teresa Verzeri dispõe para realizar e desenvolver seu trabalho uma sala com (02) duas mesas, sendo uma para seu uso e a outra para os estagiários. (07) seis cadeiras, (01) um armário, (01) um computador, uma pequena biblioteca com livros da área de Serviço Social e um telefone para receber chamadas. Esta sala é chamada de “Serviço Social”. Um sinal de criatividade e também da valorização do profissional na Instituição, esta sala tem as paredes pintadas na cor verde e em uma delas tem um faixa e nela está desenhada o símbolo do Serviço Social. Este trabalho criativo foi feito por um dos colaboradores da Instituição.

Para objetivarem sua intencionalidade descritas no Plano do Serviço Social que são fundamentados a partir dos objetivos profissionais e segundo Souza (2008), construídos a partir de uma reflexão teórica, ética e política e um método de investigação, as profissionais do Centro de Formação Teresa Verzeri utilizam-se de alguns instrumentais.

Segundo Martinelli & Koumrouyah (1994) apud Souza (2009): defini-se por instrumental o conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional. Nessa ideia, o instrumento é estratégia ou tática por meio da qual se realiza a ação: a técnica é a habilidade no uso do instrumento.

As assistentes sociais do Centro de formação Teresa Verzeri utilizam-se de vários instrumentos e técnicas de trabalhos em seu processo de intervenção, entre os quais destacamos: a observação⁴³, escuta sensível, o acolhimento, entrevistas individuais e coletivas, visita domiciliar⁴⁴, parecer social⁴⁵, reunião formativa com as famílias, registro de atas, registro de atendimentos do Serviço Social, dinâmica de grupo, relatório social, diário de campo⁴⁶, etc. Sendo estes os principais instrumentos e técnicas de intervenção utilizados pelo Serviço Social no cotidiano de sua prática no Centro de Formação.

entidades governamentais e não governamentais, atuam no COMDICA para atender aos interesses públicos, integrando a estrutura da prefeitura municipal.

⁴³ Torna-se relevante compreender que observar é muito mais do que ver ou olhar. Observar é estar atento, é direcionar o olhar, é saber para onde se olha, é ter uma atitude investigativa. (CRUZ NETO, 2004).

⁴⁴ Salienta-se que a visita domiciliar proporciona “estar junto com o usuário, compartilhando de fragmentos de seu cotidiano” o que “facilita a compreensão de suas dificuldades, favorece o clima de confiança e acaba por fortalecer o aspecto eminentemente humano da relação constituída” (AMARO, 2003, P 17).

⁴⁵ Utilizado principalmente no trabalho em rede, para encaminhamento de alguns casos ao Conselho Tutelar, por exemplo.

⁴⁶ Na instituição esse instrumental é chamado diário de bordo e é de suma importância, pois compreendem as observações, informações sobre os atendimentos e o cotidiano do trabalho do assistente social.

3.2 - OBJETIVOS DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CENTRO DE FORMAÇÃO TERESA VERZERI.

Conforme o Plano do Serviço Social do Centro de Formação Teresa Verzeri de 2010, o objetivo do Serviço Social é desenvolver o trabalho social, por meio da promoção humana, do exercício da cidadania e do compromisso emancipatório. E como objetivos específicos que direcionam as atividades das profissionais na Instituição, estão:

Viabilizar assistência social de acordo com a missão social na Congregação das Filhas do Sagrado Coração de Jesus; realizar visitas domiciliares periodicamente e quando se fizer necessária; supervisionar, analisar e registrar documentos de comprovação da filantropia; acompanhar e orientar as famílias, as crianças e adolescentes. perscrutar alternativas inovadoras, instituições parceiras estratégicas, fontes de recursos para viabilizar novos projetos sociais relevantes. prestar assessoramento técnico na elaboração de projetos, planos sociais, orçamento, documentos, registros e encaminhamentos relativos ao Serviço Social; encaminhar casos ao Conselho Tutelar quando necessário; avaliar orçamentos, coordenar a aplicação e supervisão dos recursos em projetos sociais; convocar e participar de encontros periódicos com demais gestores e órgãos de apoio.

Segundo o Plano do Serviço Social do Centro de Formação Teresa Verzeri, define assim o profissional de Serviço social:

[...] o assistente social é um profissional que planeja e viabiliza os serviços sociais com os educandos e suas famílias na instituição Centro de Formação Tereza Verzeri. Tem por prioridade a organização, visando a melhoria da qualidade de vida, direcionando sua ação à participação popular, a partir de políticas sociais que venham contribuir com o pleno exercício de cidadania. Dessa forma ser assistente social é aceitar diariamente o desafio de uma sociedade que vive em constante mudança, o que exige um desprendimento de valores pré-concebidos que estigmatizam e enquadram as pessoas em determinados padrões sociais.

O Centro de Formação Teresa Verzeri tem como preocupação o resgate da dignidade das pessoas bem como o seu processo de autonomia e emancipação, preocupação esta que abriu a possibilidade de realizar um trabalho social através do Estágio Supervisionado I e II do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa no ano de 2011-2012. O objetivo deste estágio era atender as famílias

beneficiadas pela Pastoral Social, junto a Paróquia São Francisco de Borja, com a finalidade de em conjunto o Centro de Formação Teresa Verzeri reorganizar o trabalho social na Igreja com um olhar profissional (BATISTA, 2011, p. 13).

3.3– PARÓQUIA SÃO FRANCISCO DE BORJA E PASTORAL SOCIAL COMO POSSIBILIDADE DE ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

A Igreja Católica está presente na cidade de São Borja desde a sua origem, tendo participação efetiva na sua fundação em 1682, através dos padres jesuítas. Na cidade existem duas Paróquias: a Imaculada Conceição, localizado no Bairro do Passo que foi fundada em 11 de julho de 1970 quando foi desmembrada da Paróquia São Francisco de Borja, que foi criada pela Lei Provincial de 2 de maio de 1846. As duas fazem parte da Diocese de Uruguaiana criada em 15 de agosto de 1910, pela Bula Papal *Praedecessorum nostrorum*, de Pio X. (GUIA DIOCESANO, 1997)

A Paróquia São Francisco de Borja no período do estágio, tinha como pároco o Padre Irineu Guedes Machado, e como vigário o Padre José Augusto Pires Nunes. Integram a paróquia 11 (onze) comunidades localizadas na cidade e 10 (comunidades) localizadas no interior. Os movimentos e associações presentes nesta paróquia: Movimento de Cursilho e Crisandade (MCC), formado por casais e jovens de ambos os sexos, e suas ramificações o ABC (Amigos em Busca de Cristo) e JEM (Juventude em Movimento) ambos formados por crianças e adolescentes; o Apostolado da Oração que é uma associação formada por adultos na sua maioria senhoras e tem como objetivo encontros e oração conforme devoção ao Sagrado Coração de Jesus; Movimento Shoenstag (Mãe Peregrina) formado por senhoras que recebem mensalmente a visita de uma capela e uma vez por mês encontram-se como grupo para rezarem o terço das rosas e a Renovação Católica Cristã formada por crianças, jovens, adultos e idosos da comunidade e além de alguns serviços prestados na paróquia (liturgia, cantos, etc.), eles semanalmente se reúnem duas vezes para oração e reflexão.

Antes de apresentar o projeto de intervenção vê-se necessário contextualizar a Pastoral Social, organismo onde aconteceu a experiência de estágio. Existem dois termos parecidos, mas que têm significados e funções diferentes dentro da Igreja Católica são eles: Pastoral Social e Pastorais Sociais. A Pastoral Social, segundo a

Cartilha da Pastoral Social (2001), é a solicitude de toda a Igreja para com as questões sociais. Trata-se de uma sensibilidade que deve estar presente em cada diocese, paróquia, comunidade; em cada dimensão, setor e pastoral; na catequese, na liturgia e nas iniciativas ecumênicas; enfim, deve estar presente nas comunidades eclesiais de base, nos movimentos... Em outras palavras, deve ser preocupação inerente a toda ação evangelizadora, ou seja, a motivação primeira de todos os paroquianos e grupos dos quais fazem parte.

Os sujeitos prioritários da Pastoral Social de hoje fazem parte de uma longa lista, certamente continuidade daquela que já existia no tempo de Jesus. Tanto lá quanto aqui, são os povos crucificados, forçados a carregar em seus ombros o peso do pecado de um sistema perverso e opressor. Puebla definiu muito bem; e Aparecida completou essa lista de rostos golpeados pela miséria, pela fome, pela exclusão: crianças, idosos, jovens, mulheres, desempregados, indígenas, afro-descendentes. (A MISSÃO DA PASTORAL SOCIAL, 2008).

E Pastorais Sociais segundo a Cartilha da Pastoral Social (2001), define como sendo os serviços específicos a categorias de pessoas e/ou situações também específicas da realidade social. Constituem ações voltadas concretamente para os diferentes grupos ou diferentes facetas da exclusão social, tais como, a realidade do campo, da rua, do mundo do trabalho, da mobilidade humana, e assim por diante.

[...] as Pastorais Sociais têm como objetivo ser presença de serviço na sociedade, desenvolvendo ali atividades concretas que viabilizem a transformação de situações específicas junto ao mundo do trabalho, nas situações nas quais se encontram povos de rua, crianças em situação de risco, sem terra, sem teto, mulheres marginalizadas, comunidades negras e no campo da mobilidade humana, junto aos presidiários, aos pescadores, aos trabalhadores rurais, aos sem moradia [...] (A MISSÃO DA PASTORAL SOCIAL, 2008).

As Pastorais Sociais específicas integram a Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz, da CNBB que tem como responsabilidade, em âmbito nacional, ser instrumento de animação e articulação destes diferentes serviços, compreendendo que as ações acontecem em diferentes ambientes e situações, nos quais se torna indispensável o discernimento urgente dos agentes. O diálogo permanente e franco pode levar a identificar, em conjunto, as causas da exclusão social em âmbito nacional, planejar e animar ações articuladas e de consenso que denunciem profeticamente tudo o que produz injustiça, desigualdade, miséria e que anunciem que

outro Brasil é possível e está sendo construído por muitas iniciativas eclesiais e populares. (A MISSÃO DA PASTORAL SOCIAL, 2008)

Segundo a CNBB, a Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade da Justiça e da Paz é constituída por nove Organismos e dez Pastorais Sociais Especificas sendo eles:

- Organismos: Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP), Cáritas Brasileira, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social (IBRADES), Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais (CERIS), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral da Criança, Pastoral do Menor, Pastoral da Sobriedade e Pastoral da Pessoa Idosa.
- Pastorais Sociais Específicas: Pastoral Operária (PO), Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), Pastoral dos Nômades, Pastoral Carcerária, Pastoral da Saúde, Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM), Pastoral do Povo da Rua, Pastoral Afro-Brasileira e Pastoral da AIDS.

Ainda integram esta comissão o Setor de Pastorais da Mobilidade Humana constituído pelo Apostolado do Mar, Pastoral Rodoviária/estrada, Pastoral dos Migrantes, Pastoral dos Refugiados, Pastoral dos Nômades, Pastoral dos Pescadores e Pastoral do Turismo, e a Comissão do Mutirão pela Superação da Miséria e da Fome que é um secretariado para a dinamização do mutirão. ((A MISSÃO DA PASTORAL SOCIAL, 2008)

As Pastorais Sociais surgiram na década de 70, a primeira foi a CPT - Comissão Pastoral da Terra surgiu em 1975, a partir do encontro eclesial sobre os desafios em torno da questão agrária e agrícola e do conseqüente êxodo rural. As Pastorais surgem, em geral, como um serviço de articulação nacional a uma série de atividades que se desenvolvem em determinada área específica. (CARTILHA DA PASTORAL SOCIAL, 2001).

A ação da Pastoral Social que foi considerada para a construção do projeto de intervenção foi o projeto “Mutirão Nacional para a Superação da Miséria e da Fome⁴⁷”. Este projeto faz parte da Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade da Justiça e da Paz da CNBB. Este projeto foi iniciado em resposta a correspondência de

⁴⁷ Junto com outras entidades, a Igreja inspirou a criação do Programa Fome Zero, lançado pelo Governo Lula em Janeiro de 2003 e que busca implantar um conjunto de políticas de combate à fome, alívio da pobreza e busca de inclusão social. Como Igreja, somos convidados a colaborar com esse programa, tanto através de parcerias, como atuando nos diversos Conselhos que exercem o controle social sobre políticas públicas e a realização de direitos.

31 de maio de 2002 do então Bispo Diocesano de Uruguaiana Dom Ângelo Domingos Salvador, onde desafiava cada paróquia a organizar em sua realidade o Mutirão pela Superação da Miséria e da Fome. Para concretização do Mutirão havia 4 (quatro) gestos⁴⁸ concretos:

Gestos de solidariedade – promovendo campanhas, doações, coletas de alimentos, roupas, etc; processo de formação – para avançar na construção de um processo de formação que resgate e garanta a cidadania e a dignidade das pessoas superando a mentalidade assistencialista promovendo a cultura da solidariedade; construção de políticas públicas – se fazer presente nas Políticas Públicas para combater a miséria, a fome e as injustiças, participar dos Conselhos e Fóruns Paritários (Conselhos de Saúde, de Assistência Social, da Criança e do Adolescente, etc.) e promoção Humana – Através da construção e conquista da cidadania e dignidade.

O projeto começou a ser planejado no ano de 2002 onde um grupo de pessoas leigas (e com boa vontade de ajudar) colocaram-se a disposição e participaram durante alguns anos de encontros e houve algumas ações, entre elas, o cadastro das famílias que seriam assistidas pela Pastoral Social da Paróquia São Francisco de Borja. A Paróquia no ano de 2011 assistia um total de 67 famílias sendo que: a comunidade Santa Rita com 16 famílias; a comunidade São Roque com 05 famílias; comunidade São Pedro com 17 famílias; comunidade N. S. de Fátima com 08 famílias; a comunidade Santa Teresa Verzeri com 05 famílias, e comunidade Santo Expedito com 16 famílias. O critério para participar da ação da pastoral social é a situação de vulnerabilidade social e a maioria das famílias cadastradas eram indicadas por alguma liderança da comunidade onde vivia.

É pertinente trazer a discussão sobre o termo vulnerabilidade social, que não pode ser entendida como pobreza, mas estafaz parte da vulnerabilidade. “Ser pobre, é quando não se satisfazem as necessidades básicas e aquele também que se encontra abaixo da linha de pobreza”. A vulnerabilidade diz respeito à falta de recursos materiais e imateriais a que determinado indivíduo ou grupo está exposto a sofrer futuramente alterações bruscas e significativas em seus níveis de vida. Um estudo realizado pela UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura e o Banco Internacional de Desenvolvimento, chegou a seguinte definição do termo vulnerabilidade social:

⁴⁸ Conforme folder do Mutirão Nacional para a Superação da Miséria e da Fome, distribuído pela CNBB através do Regional Sul 3 que é formada pelas 18 dioceses do RS.

[...] a noção de vulnerabilidade social na América Latina é recente. Ela foi desenvolvida com o objetivo de ampliar a análise dos problemas sociais, ultrapassando a referência à renda ou à posse de bens materiais, para incluir a população em geral. Pode-se dizer que esta noção está relacionada às concepções do Estado de Bem-Estar Social, cuja intervenção muitas vezes acontecia baseada no cálculo e na possibilidade de prevenção dos riscos. Não obstante, a percepção do risco social tem se modificado ao longo dos anos, contando que foi construída com base na identificação da *questão social* ou de um problema de *disfunção familiar*, passando a ser interpretada como uma questão de relacionamento. Percebe-se que a situação começa a ser analisada tomando como ponto de partida a interação social, de modo que a intervenção se dá no sentido de limitar o poder dos adultos sobre crianças e adolescentes. Sendo assim, busca-se garantir na lei proteção para a reciprocidade social. (ABRAMOVAY apud SIERRA; MESQUITA, 2006, p. 149).

A vulnerabilidade social é considerada como propulsora de políticas públicas para alguns programas sociais. A noção de vulnerabilidade social “aponta para o paradoxo existente nas intervenções dos programas de políticas públicas que buscam a inclusão, mas partem de uma postura excludente em relação ao seu público alvo”. A vulnerabilidade não pode ser restrita somente à categoria econômica, ela passa também pelas políticas de raça, orientação sexual, gênero, Etna, etc. Como exemplo, a vulnerabilidade com relação à raça negra, os indivíduos tendem a ter restrita sua mobilidade social por causa da cor da pele, sem necessariamente apresentarem uma situação econômica de desvantagem. As situações de vulnerabilidade crescem à medida que aparecem as situações como: falta de acesso à informação, aos serviços básicos de educação e falta de confiança ou credibilidade na sustentação de estratégias de ação. (GUARESCHI, 2007, p. 22).

No caso da condição de vulnerabilidade, o cerne de sua produção vincula-se à situação de pobreza, que seria responsável pela condução desses sujeitos à marginalidade. Mais além, congregados a isso, colam-se modos de comportamento, territórios de circulação e moradia, práticas cotidianas distintas das consideradas ideais, saberes (sim, esses sujeitos sabem/podem, e é por isso que se torna necessário governá-los) que diferem e afrontam os manuais dos especialistas. Esses são alguns dos elementos sobre os quais ainda se constrói a tarja “condição de vulnerabilidade” ou marca da diferença. (IBIDEM, p. 28).

A autora conclui que para que haja efetividade dos programas na produção de alternativas de vida e “superação” das condições de vulnerabilidade, entendidas aqui como condições de desigualdade dos sujeitos frente à sociedade, é necessário que se questionem constantemente os conceitos acabados que definem e engessam pessoas em determinadas posições sociais.

[...] ao falar em vulnerabilidade, é importante que se analisem os efeitos produzidos por essa enunciação, o fato de a cada tempo e lugar produzirmos novas populações vulneráveis e de, muitas vezes, com a intenção de ajudá-las, impedirmos que deixem de sê-lo. Questionar os conceitos e buscar seus efeitos junto aos que por esses são definidos pode ser uma importante ferramenta de intervenção potencializadora das políticas públicas voltadas aos adolescentes ditos em condição de vulnerabilidade (IBIDEM, p. 28).

Continuando com o processo de estágio, ele compreendeu um semestre para observação e construção da Análise Institucional e Projeto de Intervenção e no outro para a execução do Projeto de Intervenção, juntamente com a supervisora de estágio chegou-se a conclusão que era possível pensar em trabalhar somente com uma comunidade. O critério usado para escolha da comunidade foi a análise dos cadastros das famílias da Pastoral Social que foram disponibilizadas pela Paróquia São Francisco de Borja. A partir desta análise constatou-se que a Comunidade dentre as demais apresentava A partir da organização e observações anotadas nas fichas de cadastros, chegou-se a conclusão que a Comunidade⁴⁹ Santa Rita, em relação às outras, apresentava algumas deficiências no preenchimento de seus cadastros, levando a concluir que esta ação não estava organizada nesta realidade.

A comunidade Santa Rita está localizada no bairro Dr. Florêncio Aquino Guimarães da cidade de São Borja que tem uma população de 2.391 habitantes aproximadamente. O bairro é formado por moradias populares, situado ao sudoeste da cidade, tendo como um de seus destaques o Estádio Vicente Goulart, casa dos extintos Internacional e Cruzeiro, da Associação Esportiva São Borja e do Cemitério Jardim da Paz.⁵⁰

O bairro possui um ASEMA⁵¹ - Apoio Sócio-educativo em Meio Aberto Dr. Florêncio A. Guimarães, o CRAS - Centro de Referência da Assistência Social que atende a população deste bairro está localizado no centro da cidade e oferece os serviços da Casa de Acolhida, PETI, restaurante popular, e cursos de padaria e confeitaria e de

⁴⁹Sousa (2008, p. 128) diz que comunidade é um conjunto de grupos e subgrupos de uma mesma classe social que têm interesses e preocupações comuns sobre condições de vivência no espaço de moradia e que, dadas as suas condições fundamentais de existência, tendem a ampliar continuamente o âmbito de repercussão dos seus interesses, preocupações e enfrentamentos comuns. [...] trabalhar em uma comunidade significa, compreendê-la dentro de um contexto econômico, social, político e cultural de uma sociedade dividida em classes sociais – e que ela não está descolada da totalidade de realidade social.

⁵⁰Informações obtidas no endereço eletrônico.

⁵¹ O Programa de Apoio Sócio Educativo em Meio Aberto - ASEMA fundamenta-se na Lei 8.069/90 art. 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA. O programa contempla crianças e adolescentes matriculados na rede pública de ensino, através de encontros diários, em turno inverso ao da escola.

inclusão digital. Existe uma creche privada que atende crianças de 0 a 4 anos chamada Luis Antônio Rigo.⁵²

Quanto à população da comunidade Santa Rita, a grande maioria é advinda de outras cidades, e através das entrevistas realizadas com alguns usuários da Pastoral Social, eles não estão satisfeitos com a realidade onde estão, pois sentem-se excluídos do centro da cidade, uma vez que, quando chove, eles não podem sair de casa pois as ruas ainda não são asfaltadas. Foi também constatado que eles já fizeram várias reivindicações junto aos órgãos municipais, principalmente em época de eleição, mas até o momento eles não foram atendidos. Outra observação, a partir de visitas às realidades dos usuários, são as péssimas condições de moradia. Uma das famílias da comunidade mora em uma “volante” doada pela prefeitura há alguns anos atrás, mas até o presente momento a família não teve condições de construir uma casa, e desta volante fazendo puxadinhos e ali vivem sete pessoas, E não é difícil compreender essa situação, pois os moradores estão completamente à margem da cidade de São Borja, pois a localização da comunidade é atrás do cemitério.

Em razão da alta concentração populacional nos centros urbanos, advinda de um êxodo rural e de relações sociais precárias, existem territórios vulneráveis, que, notecido social, é a parte mais visível da crise social: Considerar o território vulnerável⁵³ como aqueles pedaços das metrópoles onde estão presentes os sinais de crise do regime coletivo de gestão de risco associado à fragilização das famílias e das estruturas sociais no plano do bairro. Tal crise resulta por sua vez da segmentação produzida neste mercado pelas transformações sócio-produtivas engendradas pela nossa inserção subordinada ao mercado à globalização, sobretudo a partir dos anos 90 do século XX. [...] os lugares vulneráveis são aqueles, nos quais os indivíduos enfrentam riscos e a impossibilidade de acesso a condições habitacionais, sanitárias, educacionais e trabalho e de participação e acesso diferencial a informações e oportunidades (SILVA, 2000, p. 5).

A Pastoral Social atendeu, neste bairro, 16 (dezesesseis) famílias em situação de vulnerabilidade social no ano de 2011. Há registros do trabalho realizado pela Pastoral Social nesta comunidade desde o ano de 2004. As fichas analisadas das famílias cadastradas foram preenchidas a partir de visitas domiciliares de agentes da Pastoral Social da própria comunidade.

⁵² Informações obtidas no endereço eletrônico <<http://www.saaborja.rs.gov.br>>.

⁵³ A noção de território vulnerável ganha um sentido mais concreto, na medida em que falamos de lugares concentradores de condições sociais sistematicamente reprodutoras das desigualdades e da pobreza por nele prevalecerem condições desfavoráveis ao acesso e uso de recursos

Considerando o objeto do Serviço Social a questão social e as suas múltiplas determinações na vida social, entendemos ser impossível listar todas as demandas que compõem matéria da profissão. Cabe ao profissional identificar os objetos, elaborar sua proposta de intervenção, fundamentando sua prática cientificamente, distinguindo-a do trabalho de um leigo. (COFI/CFESS. 2009, p. 26.)

A partir de visitas e sucessivas aproximações, escuta sensível, participação de alguns encontros promovidos pela líder da comunidade naquela realidade com algumas famílias beneficiadas pela Pastoral Social foi possível a construção do Projeto de Intervenção com o título “Qualificando a ação da Pastoral Social da Paróquia São Francisco de Borja com a intervenção do Serviço Social”.

O projeto de intervenção teve como objetivo geral “Organizar e fortalecer a ação da Pastoral Social da Paróquia São Francisco de Borja, a fim de qualificar o trabalho por ela realizado junto às famílias usuárias”, e os objetivos específicos inserir a Pastoral Social na Política de Assistência Social; elaborar nova ficha de cadastro das famílias da Pastoral Social; atualizar o cadastro das famílias da Pastoral Social da Comunidade Santa Rita; identificar as demandas da Pastoral Social da Paróquia São Francisco de Borja da Comunidade Santa Rita; identificar meios de inserir as famílias cadastradas na Pastoral Social da Paróquia São Francisco de Borja nos serviços oferecidos pela Rede Pública; capacitar agentes da Pastoral Social da Paróquia São Francisco de Borja para acompanhamento das famílias cadastradas.

[...] o Serviço Social surge na história como uma profissão fundamentalmente interventiva, isto é, que visa produzir mudanças no cotidiano da vida social das populações atendidas – os usuários do Serviço Social. Assim, a dimensão prática (técnico-operativa) tende a ser objeto privilegiado de estudos no âmbito da profissão. (Sousa, 2008, p. 120).

Esse foi o primeiro desafio enfrentado na experiência do Estágio, foi a partir das expressões da questão social manifestadas na comunidade e a partir destes construir um projeto de intervenção efetivo que contemplasse a necessidades dos usuários. Ao final do estágio, chegou-se à conclusão que o projeto de intervenção elaborado deixou de considerar muitos fatores pertinentes daquela realidade, como por exemplo, o desconhecimento da proposta da Pastoral Social pelos usuários e pelos gestores da Igreja Católica local.

[...] é necessário que o assistente social conheça a comunidade, os atores sociais que lá atuam: os agentes políticos, as instituições existentes, as organizações (religiosas, comerciais, políticas) e como se constroem as relações de poder dentro da comunidade. Mas também é preciso conhecer quais são as principais demandas e necessidades da comunidade, de modo a propor ações que visem ao atendimento das mesmas (Sousa, 2008, 128).

A partir desta experiência do Projeto de Intervenção compreendeu-se a importância do profissional dominar as 03 (três) dimensões: competência ético-política, teórico-metodológica e a técnico-operativo, competências vistas em sala de aula. Estas competências serão apresentadas a seguir segundo Sousa (2008, p. 128).

A competência ético-política o profissional realiza sua prática no marco das relações de poder e de forças sociais da sociedade capitalista, por isso ele não é “neutro”. Por isso é muito importante que o profissional tenha um “posicionamento político frente às questões que aparecem na realidade social, para que possa ter clareza de qualé a direção social da sua prática”. Para isso, deve-se assumir valores ético-morais que sustentam a sua prática, e estes estão expressos no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, e que assumem claramente uma postura profissional de articular sua intervenção aos interesses dos setores majoritários da sociedade.

A Competência teórico-metodológica, o profissional qualificado a conhecer a realidade social, política, econômica e cultural com a qual trabalha. Para que isso aconteça é necessário um “intenso rigor teórico e metodológico, que lhe permita enxergar a dinâmica da sociedade para além dos fenômenos aparentes, buscando apreender sua essência, seu movimento e as possibilidades de construção de novas possibilidades profissionais”.

Quanto à competência técnico-operativa, o profissional deve “conhecer, apropriar-se e, sobretudo, criar um conjunto de habilidades técnicas que lhe permitam desenvolver as ações profissionais junto à população usuária e às instituições”. Com isso garantem a “inserção qualificada no mercado de trabalho, que responda às demandas colocadas tanto pelos empregadores, quanto pelos objetivos estabelecidos pelos profissionais e pela dinâmica da realidade social”.

É entendido que estas três dimensões não são descoladas uma das outras, mas a partir desta experiência de intervenção, foi possibilitado perceber o quanto o profissional deve estar atento às “dinâmicas da sociedade para além dos fenômenos

aparentes”. Isso foi observado ao fim do estágio que estas dinâmicas como disputa de poder. Isso foi constatado da experiência do estágio na Comunidade Santa Rita.

Observou-se que o processo de intervenção da Pastoral Social, com o início das práticas de trabalho do serviço social não buscava a inserção do sujeito a serviços profissionalizados de qualidade e garantia do acesso às políticas públicas, visando à conquista de seus direitos e melhoria da qualidade de vida. Ao contrário, eram realizadas práticas assistencialistas, sem acompanhamento e intervenção efetiva na realidade vulnerável do sujeito.

Atualmente a Pastoral Social da Paróquia São Francisco de Borja está realizando como prática interventiva, somente a entrega de gêneros alimentícios à população, o que não considera um acesso efetivo para a emancipação do sujeito. Além disso, existe uma condicionalidade para o recebimento da cesta básica que é o de participar de três reuniões semanais de caráter religioso, que ocorrem nas residências das famílias cadastradas na Pastoral Social.

É preciso demonstrar "no tempo miúdo do trabalho cotidiano" (Yasbek, 2001), nas situações singulares com que nos defrontamos no exercício profissional — situações essas carregadas tanto de dimensões universais, quanto histórico-particulares - a viabilidade do projeto ético-político do Serviço Social, seu potencial renovador da profissão, na afirmação dos direitos sociais dos cidadãos e cidadãs, na atenção e no respeito às suas necessidades e interesses que, por inúmeras mediações, transmutam-se em demandas sociais e profissionais. E avançar uma legitimação da profissão na sociedade, na apropriação e ampliação dos espaços ocupacionais, reforçando a nossa identidade profissional. O desafio maior é, pois, traduzir o projeto ético-político em realização efetiva no âmbito das condições em que se realiza o trabalho do assistente social.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

O Serviço Social no Brasil tem sua origem na Igreja Católica a partir do ano de 1936 e, a partir desta data, a profissão passou por várias transformações decorrentes de reflexões da categoria. A culminância destas transformações aconteceu com Movimento de Reconceituação, que teve seu início na década de 1960, levou a ruptura com o conservadorismo e a aprovação do conjunto de Leis que regulam a profissão nos dias de hoje.

O Serviço Social historicamente está associada com a assistência social. Na sua gênese essa assistência era entendida como assistencialismo sem nenhuma ligação com a política de direitos. Hoje (a profissão) é a referência quanto à execução da Política de Assistência Social e ai sim concebido como garantia de direitos.

O Serviço Social trabalha com a população e isso possibilita que ele crie condições através das intervenções e com isso impulsionar ações inovadoras a fim de possibilitar reconhecer e atender às efetivas necessidade desta população. E caso isso não aconteça, o profissional estará indo contra o compromisso ético-político assumido em favor dos usuários.

O Serviço Social é uma especialização do trabalho, inscrito na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade, segundo Yamamoto. Enquanto trabalhador assalariado, o assistente social possui um projeto profissional alicerçado no processo histórico e apoiado nos valores humanos. A partir da década de 1980, quando o Brasil passava por várias mudanças devido ao capitalismo, o Serviço Social enquanto trabalhador, teve que buscar novas habilidades, capacitação e disponibilidade para assumir diversas funções. Por isso podemos dizer que a prática deste profissional está ligada e condicionada pelas relações às classes na sociedade (Estado e civil).

O presente trabalho teve como proposta discutir “a possibilidade de contribuição na qualificação da ação pastoral social da paróquia São Francisco de Borja a partir da intervenção do serviço social”. É importante salientar que a Igreja Católica, desde o surgimento do Serviço Social, vem contribuindo com ações sociais frente às desigualdades sociais no Brasil, e uma delas é a Pastoral Social. A Igreja Católica, através de seus militantes, contribue também quando desperta a atenção da opinião pública através de seus documentos que são publicados em todo o mundo.

Mas a efetivação destas ações sociais nem sempre acontecem em todas as realidades, por diversas razões. Na Paróquia São Francisco de Borja, a efetivação da Pastoral Social não aconteceu por falta de um profissional que tenha conhecimento das

políticas públicas sociais. A Pastoral Social é mais do que fornecer “cestas básicas” para seus usuários, é trabalhar com os mesmos, tendo em mente a garantia de direitos e fazer com que estes se efetivem.

A Paróquia São Francisco de Borja pertence à Diocese de Uruguaiana e no ano de 2011 esta instituição convidou várias lideranças das paróquias para participar de um curso sobre Políticas Públicas, assessorado pela assistente social Loiva Mara de Oliveira Machado, representante da Caritas Brasileira no Rio Grande do Sul.

Neste encontro, o grupo participante chegou à conclusão de que precisa de formação e mais atuação na Pastoral Social; a necessidade de formação de lideranças com efeito multiplicador para todos os membros das comunidades, a participação nos conselhos municipais, primeiramente como ouvintes para conhecimento.

Ao Concluir este trabalho, afirmamos que o Serviço Social encontra espaço de prática profissional na Paróquia São Francisco de Borja, para desenvolver com competência as atribuições da profissão, contribuindo assim para qualificar a Pastoral Social desenvolvida pela Igreja Católica.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **O serviço social no Brasil: das origens à Araxá**. 2. ed. São Paulo: Cortez. 1984.

ANDRADE, Carlos Drumond. **Antologia poética**. Rio de Janeiro : Record, 2008.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço social: fundamentos ontológicos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca básica de serviço social; v. 2).

BEHRING, Elaine Rossetti. Política social no contexto da crise capitalista. In: **CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL**. Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 301-322.

BOSCHETT, Ivanete. **O Serviço Social e a luta por trabalho, direitos e democracia no mundo globalizado**. Disponível em <http://www.cfess.org.br/pdf/ivanete_boschetti.pdf> Acessado em: 16 de out. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Edição administrativa do texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/1992 a 67/2010, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/1994. Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Subsecretaria de Edições Técnicas. Brasília, 2011.

_____. Estatuto da criança e do adolescente (1990). Estatuto da criança e do adolescente. – 7.ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.p. 12

BULLA, Leonia Capaverde. Relações sociais e questão social na trajetória histórica do serviço social brasileiro. In: **REVISTA VIRTUAL TEXTOS & CONTEXTOS**, nº 2, dez. 2003. p. 1-22. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/947/727>>. Acesso em 23 fev. 2013.

_____. O contexto histórico da implantação do Serviço Social no Rio Grande do Sul. In: **Revista Textos & Contextos** Porto Alegre v. 7 n. 1 p. 3-22. jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/3935/3199>>. Acesso em 23 fev. 2013.

CARINHATO, Pedro Henrique. **Neoliberalismo, reforma do estado**. In: AURORA ano II número 3 - DEZEMBRO DE 2008, p. 37-46. Disponível em <http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/aurora_n3_misclanea_01.pdf> Acesso em 18 de set. 2013.

CARVALHO, Graziela Figueiredo de. A assistência social no Brasil: da caridade ao direito. Disponível em: <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/11992/11992.PDF>> Acesso em: 18 de out. 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

COFI/CFESS. Reflexões sobre Atribuições Privativas do(a) Assistente Social In: **Conselho Federal de Serviço Social. Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 22-32.

CFTV. Resultados e Metas. 2010.

CNBB. Mutirão da Superação da miséria e da fome. Avaliação e perspectiva (2002 – 2005). **A Comissão Episcopal do Mutirão da SMF**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/documento_geral/46ComMutiraoMisFome.pdf>. Acesso em: 20 de out. 2013.

COLARES, Bernadeth Mouta Cardozo. RIBEIRO. Sileno Martinho Silva. Uma abordagem sobre a gestão de pessoas por competência em uma instituição financeira. In: **PerspectivasOnline**. Volume I, n. 1, 2011. Disponível em <<http://www.seer.perspectivasonline.com.br/index.php/HSA/article/viewFile/37/23>> Acesso em: 16 de out. 2013.

Código de Ética Profissional do Serviço Social (1993). In: Assistente Social, Ética e Direitos. Coletânea de leis e resoluções. CRESS/ RS, 2005.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira** : uma equação possível? 3. ed. São Paulo : Cortez. 2008.

COUTO, Berenice Rojas; PERUZZO, Juliane Feix. Questão Social e Processo de trabalho em Serviço Social. In: ROCHA, Maria Aparecida Marques da (Org.). **Capacitação Profissional em Serviço Social**. Porto Alegre: CRESS 10ª Região, 1999. p. 13-24.

DEMO, Pedro. **Cidadania Tutelada e cidadania assistida**. Campinas: Editora Autores Associados, 1995.

DINIZ, Célia Regina; Silva, Iolanda Barbosa da. **Metodologia científica**. Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN - EDUEP, 2008.

FREIRE, José Carlos. MACHADO, Leonildo A. R. O ethos do assistente social na perspectiva gramsciana de estado. In: **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 19, n. 2, p. 255-278, 2010. Disponível em <<http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/458/444>> Acesso em 04 de mai. 2013.

DAMASIO. Aluna Elisabete Baptista. Assistência Social - **Avanços e retrocessos: reflexões sobre os limites da Política Nacional de Assistência Social no enfrentamento da Questão Social no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ess.ufrj.br/monografias/104133246.pdf>> Acesso em: 19 de out. 2013.

GARCIA, Marcelo. Capítulo 1. **A assistência social no Brasil: como chegamos até aqui**. Disponível em: <<http://www.marcelogarcia.com.br/nobrhcomentada.pdf>> Acesso em: 18 de out. 2013.

GUARESCHI. Neuza M. F.. et. al. **Estudos e pesquisas em psicologia**, UERJ, RJ, v. 7, n. 1, p. 20-30, abr. 2007.

GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro. BARROS, Maria Isabel. ENADE comentado serviço social 2010. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013. Disponível em <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Pdf/978-85-397-0303-6.pdf>> Acesso em: 17 de out. 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 10. ed. São Paulo, Cortez; CELATS, 1995.

_____. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: **CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL.** Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 341-376.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: **Atribuições privativas do/a assistente social em questão.** 1. ed. ampliada. CFESS, 2012. p. 35.

JACCOUD, Luciana. **Proteção social no Brasil: debates e desafios.** In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Ministério do desenvolvimento social e combate à fome, UNESCO, 2009.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social: identidade e alienação.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

MARTINIANO, Luzilene de Almeida. **Dimensões e limites da supervisão acadêmica de estágio em serviço social.** Disponível em <<http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/LUZILENE.pdf>> Acesso em 24 de abr. 2013.

MESA-LAGO, Carmelo. As reformas de previdência na América Latina e seus impactos nos princípios de seguridade social. In: **Coleção Previdência Social** Volume 23. Tradução da Secretaria de Políticas de Previdência Social. - Brasília: Ministério da Previdência Social, 2006. Disponível em <http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/3_081014-111405-101.pdf> Acesso em 24 de set. 2013.

MIRANDA, Maria Auxiliadora de. **Trajatória institucional e gestão da política de assistência social no município de Betim – MG no período 1993-2006.** Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/CiencSociais_MirandaMA_1.pdf> Acesso em: 19 de out. 2013.

MONTAÑO, Carlos E. **O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”.** Disponível em <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8_carlos_montano.pdf> Acesso em 13 de set. 2013.

MOTA, Alessivânia Márcia Assunção. Projeto ético político do serviço social: limites e possibilidades. In: **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 10, n. 1, p. 56 - 68, jan./jul. 2011. Disponível em:
<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/8031/6439>>
Acesso em 04 de mai. 2013.

NETTO, José Paulo. **Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”**. Revista Temporalis, Brasília: ABEPSS, nº 3, 2001.

_____. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FEITOSA, Rose Kelly Amaral; OLIVEIRA, Ana Carla Barreto de. Formação em Serviço Social: perspectivas, princípios e diretrizes. In: **Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais**, Aracaju, v. 13, n.14, p. 149-161, jul./dez. 2011.

PEREIRA, Maria Ângela Rocha. A política de Assistência social. In: AVRITZER, Leonardo. **Cadernos de Assistência Social: trabalhador**. Belo Horizonte: NUPASS, 2006. cap. 3, p. 59-78.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PINHEIRO, Maria Biondi. CUNHA, Eleonora Schettini M. Os Conselhos de Assistência Social. In: AVRITZER, Leonardo. **Cadernos de Assistência Social: trabalhador**. Belo Horizonte: NUPASS, 2006. cap. 3, p. 59-78..

RIZZINI, Irene. O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROBALO, Diego. Implantação das ONGs no Brasil e a Atuação do Serviço Social no Terceiro Setor. In: **A diversidade de atuação do Serviço Social: desvelando o processo de trabalho**. Porto Alegre: Faith, 2010, p. 97-112

RODRIGUES, Claudio Oraindi. **São Borja e sua história. nº 1**. Coleção Tricentenário – São Borja:1982.

SIERRA. Vânia Morales.; MESQUITA. Wania Amélia. Vulnerabilidades e Fatores de Risco na Vidade Crianças e Adolescentes. In: **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 1, p. 148-155, jan./mar. 2006.

SILVA, Aléria Varela da. **Vulnerabilidade social e suas consequências: o contexto educacional da juventude na região metropolitana de Natal**. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/rmnatal/artigo/artigo16.pdf>> Acesso em: 21 de out. 2013

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. In: **ESTUDOS AVANÇADOS** 18 (51), 2004. p. 7-22. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n51/a01v1851.pdf>>. Acesso em 4 de mar. 2013.

SOARES, Josiane Soares. **“Questão social”**: particularidades no Brasil. São Paulo : Cortez, 2012. (Coleção biblioteca básica de serviço social; v. 6).

SOUSA, Charles Toniolo. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. Disponível em <<http://www.uepg.br/emancipacao>> Acesso em: 21 de out. 2013.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira. [et al] **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

STEWART JR., Donald. **O QUE É O LIBERALISMO** 5. ed. ver. aum. Rio de Janeiro: Instituto Liberal. 1995. Disponível em: <<http://www.libertarianismo.org/livros/dsjoqueeliberalismo.pdf>> Acesso em 15 de abr. 2013.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. Políticas Públicas**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf> Acesso em: 17 de out. 2013.

YASBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: **CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL**. Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 126-141.

_____. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. Disponível em: <www.pucsp.br/pos/ssocial/professor/Yasbek_fundamentos.doc> Acesso em 15 de abr. 2013.

_____. Proteção Social. Disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/eventos/assistencia-social/seminario-internacional-bpc/sobre-o-evento/apresentacoes/arquivos/Maria%20Carmelita%20Yasbek%20-%20Protecao%20Social.pdf/view>> Acesso em: 16 de out. 2013.

